



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL
CAMPUS PORTO ALEGRE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
TÉCNICO EM REDES DE COMPUTADORES

Porto Alegre, junho de 2017

Reitor

Oswaldo Casares Pinto

Pró-Reitora de Ensino

Clarice Monteiro Escott

Diretor do Campus

Marcelo Augusto Rauh Schmitt

Diretor de Ensino

Fábio Yoshimitsu Okuyama

Coordenador Geral de Ensino

Adriano Rodrigues José

Coordenador Adjunto de Ensino

Anderson Rodrigues Corrêa

Comissão Elaboradora das Alterações do Projeto Pedagógico

Alex Martins de Oliveira – Professor

André Peres - Professor

César Augusto Hass Loureiro – Coordenador do Curso

Fabírcia Py Tortelli Noronha - Professora

Revisão Pedagógica

Anderson Rodrigues Correa

SUMÁRIO

1.	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
2.	APRESENTAÇÃO	7
3.	HISTÓRICO.....	8
4.	CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS	10
5.	JUSTIFICATIVA.....	12
6.	PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO.....	14
6.1.	OBJETIVO GERAL	14
6.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
6.3.	PERFIL DO CURSO	14
6.4.	PERFIL DO EGRESSO	15
6.5.	DIRETRIZES E ATOS OFICIAIS	16
6.6.	FORMAS DE INGRESSO	17
6.7.	PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO	18
6.8.	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO	20
6.9.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO.....	21
6.10.	MATRIZ CURRICULAR	21
6.11.	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	24
6.12.	HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA ..	24
6.13.	PROGRAMA POR COMPONENTES CURRICULARES	25
6.14.	ESTÁGIO CURRICULAR.....	40
6.15.	AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.	42
6.16.	DA RECUPERAÇÃO PARALELA	44

6.17. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS ANTERIORES	45
6.18. METODOLOGIAS DE ENSINO	46
6.19. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	48
6.20. INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	49
6.21. ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO.....	50
6.22. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	50
6.23. LABORATÓRIO DE APOIO DIDÁTICO (LAD).....	51
6.24. ARTICULAÇÃO COM O NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (NAPNE), NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS (NEABI) E NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA EM GÊNERO (NEPGE)	51
6.25. NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE)	51
6.26. NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS (NEABI)	52
6.27. NÚCLEO DE ESTUDO E PESQUISA EM GÊNERO (NEPGE)	53
6.28. Núcleo de Educação a Distância (NEaD).....	53
6.29. COLEGIADO DO CURSO.....	54
6.30. QUADRO DE PESSOAL.....	56
6.31. TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	57
6.32. CERTIFICADOS E DIPLOMAS.....	57
7. INFRAESTRUTURA	58
7.1. SALA DE PROFESSORES E SALA DE REUNIÕES.....	60
7.2. GABINETES DE PROFESSORES E COORDENAÇÃO DO CURSO	60
7.3. BIBLIOTECA	60

7.4. LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA	61
8. CASOS OMISSOS	64
ANEXOS.....	65
ANEXO III.....	74

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Curso Técnico em Redes de Computadores

Forma de oferta: Subsequente

Modalidade: Presencial

Habilitação: Técnico em Redes de Computadores

Local de oferta: Campus Porto Alegre

Eixo Tecnológico: Informação e comunicação

Turno de funcionamento: Noite

Número de vagas: 36 vagas

Periodicidade de oferta: Anual

Carga horária total: 1307 horas relógio / 1580 horas aula

Mantenedora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Tempo de integralização: 3 semestres (um ano e meio)

Tempo máximo de integralização: 6 semestres (três anos)

Atos de autorização: RESOLUÇÃO Nº 008, de 16 de novembro de 2011 na modalidade presencial do Campus Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

Coordenador do Curso: César Augusto Hass Loureiro

Telefone: (51) 3930-6010. **E-mail:** cesar.loureiro@poa.ifrs.edu.br

2. APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) possui compromisso com a qualidade do ensino profissional. Sua competência decorre da capacidade crítica e criativa, onde a sociedade pode dispor de recursos humanos inseridos na produção científica e tecnológica.

O Campus Porto Alegre do IFRS, visualizando a importância do Técnico em Redes de Computadores em consonância com as transformações ocorridas no mercado de trabalho com base no desenvolvimento tecnológico propõem uma mudança de mentalidade em relação às estruturas acadêmicas dos cursos de Educação Profissional.

A proposta de matriz curricular do Curso Técnico em Redes de Computadores, pertencente à Área de Informática, e está alicerçada na análise do processo de trabalho, garantindo, assim, uma formação profissional baseada no desenvolvimento de conhecimentos e habilidades.

3. HISTÓRICO¹

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela lei 11.892, que instituiu, no total, 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Por força de lei, o IFRS é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Goza de prerrogativas com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Pertence à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Em sua criação, o IFRS se estruturou a partir da união de três autarquias federais: o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Bento Gonçalves, a Escola Agrotécnica Federal de Sertão e a Escola Técnica Federal de Canoas. Logo após, incorporaram-se ao instituto dois estabelecimentos vinculados a Universidades Federais: a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati, de Rio Grande. No decorrer do processo, foram federalizadas unidades de ensino técnico nos municípios de Farroupilha, Feliz e Ibirubá e criados os campi de Caxias do Sul, Erechim, Osório e Restinga. Estas instituições hoje fazem parte do IFRS na condição de campi.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) é uma instituição federal de ensino público e gratuito. Atua com uma estrutura multicampi para promover a educação profissional e tecnológica de excelência e impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões.

Possui 17 campi: Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande e Sertão e, em processo de implantação: Alvorada, Rolante, Vacaria, Veranópolis e Viamão. A Reitoria é sediada em Bento Gonçalves.

¹ **Fonte:** Disponível em: <http://www.ifrs.edu.br/>. Acesso em: 29 de março de 2017.

Atualmente, o IFRS conta com cerca de 16 mil alunos, em 200 opções de cursos técnicos e superiores de diferentes modalidades. Oferece também cursos de pós-graduação e dos programas do governo federal e de Formação Inicial Continuada (FIC). Tem mais de 950 professores e 940 técnicos-administrativos.

Conforme dados divulgados em março de 2017, pelo Ministério da Educação (MEC), o IFRS possui conceito quatro no Índice Geral de Cursos (IGC), em uma escala que vai até cinco. O indicador refere-se à avaliação do ano de 2015.

Um dos objetivos dos institutos federais é definir políticas que atentem para as necessidades e as demandas regionais. Nesse sentido, o IFRS apresenta uma das características mais significativas que enriquecem a sua ação: a diversidade. Os campi atuam em áreas distintas como agropecuária, de serviços, área industrial, vitivinicultura, turismo, moda e outras.

Propõem valorizar a educação em todos os seus níveis, contribuir para com o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, oportunizar de forma mais expressiva as possibilidades de acesso à educação gratuita e de qualidade e fomentar o atendimento a demandas localizadas, com atenção especial às camadas sociais que carecem de oportunidades de formação e de incentivo à inserção no mundo produtivo.

O IFRS oferece dois cursos de mestrado profissional. O mestrado em Informática na Educação, realizado no Campus Porto Alegre, possui as áreas de concentração: Tecnologias Educacionais e Educação na Sociedade em Rede; e as linhas de pesquisa: Tecnologia da Informação Aplicada à Educação e Práxis Educativa na Sociedade Digital. O mestrado em Tecnologia e Engenharia de Materiais tem aulas ofertadas conjuntamente em três campi: Caxias do Sul, Farroupilha e Feliz. A área de concentração é Tecnologia e Engenharia de Materiais; e as linhas de pesquisa: Desenvolvimento de Materiais de Engenharia e Tecnologia da Transformação de Materiais.

Os dois cursos foram aprovados pela Coordenação de Aperfeiçoamento em Pessoal de Nível Superior (CAPES) no final do ano de 2014 e passaram a ser oferecidos em 2015.

4. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS

No contexto regional, o *Campus* Porto Alegre do IFRS está localizado na capital do Estado. Com uma população de 1.475.717 (2015) e uma densidade populacional de 2.868,3 hab/km².

O índice IDESE², que avalia a situação socioeconômica dos municípios gaúchos quanto à Educação, à Renda e à Saúde, considerando aspectos quantitativos e qualitativos do processo de desenvolvimento, aponta que Porto Alegre tem um índice de desenvolvimento de 0,814 (Educação 0,715, Renda 0,904, Saúde 0,821), ocupando a 42^o. no Estado, que por sua vez apresenta um índice 0,679. Entre os municípios que tem mais do que 100.000 habitantes, Porto Alegre é o terceiro dos municípios que apresentaram índice de alto desenvolvimento (acima de 0,800).

O PIB do Município, a preços do mercado, é de R\$ 8.765.175.966 (13% do Estado), perfazendo um PIB per capita de R\$ 6.568. Em termos de atividade econômica de Porto Alegre, a mesma está concentrada nos setores de serviços, comércio e numa menor proporção na produção industrial. Além disso, nesta cidade se efetivam muitas relações econômicas que tem origem na região metropolitana³, em especial relativas às cidades vizinhas, porque em Porto Alegre estão também localizadas várias matrizes e escritórios de representação de grandes grupos empresariais do Estado.

Outro destaque é que a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) concentra as atividades mais dinâmicas do setor produtivo estatal, contribuindo

² **Fonte:** Fundação de Economia e Estatística. Índice de Desenvolvimento Econômico (IDESE). Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>. Acesso em: 07 nov. 2016.

³ Alvorada, Araricá, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela de Santana, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara, Triunfo e Viamão.

com uma taxa superior a 41% do PIB estatal, sendo que o seu setor secundário constitui mais da metade do valor agregado da indústria no estado. O setor de serviços da RMPA, por sua vez, representa mais de 45% do contexto estadual⁴.

Na RMPA, conforme dados da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre)⁵ de janeiro de 2016, à exceção do ano de 2015, a região vem apresentando uma trajetória contínua de diminuição das taxas de desemprego. Isto se deve em grande parte às oportunidades oferecidas especialmente no setor de serviços que tem mantido um nível de emprego e remuneração média estável mesmo em situações de recessão como a atual e do nível de qualificação da população.

Assim, a área de informação e comunicação, mais especificamente o curso Técnico em Redes de Computadores tem um grande papel no auxílio a redução do desemprego, pois a RMPA possui a maior demanda de profissionais de TI do estado. Segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom)⁶ divulgados no ano de 2016, a necessidade por profissionais nessa área é crescente para os próximos anos.

Neste sentido, o papel do *Campus* Porto Alegre do IFRS é imprescindível ao oferecer formação pública, gratuita e de qualidade tanto para a capital quanto para a RMPA.

Considerando que o *Campus* Porto Alegre do IFRS atende um grande quantitativo de alunos devido a sua localização privilegiada no centro da cidade, que garante acesso fácil à sede institucional através de uma rede ampla de transporte público (ônibus e Trensurb) acessível aos seus alunos tanto da capital como da RMPA, essa população vem sendo amplamente atendida por um curso com alto índice de empregabilidade.

⁴ Fonte: Observatório das Metrôpoles - IPPUR – UFRJ. Disponível em: www.ippur.ufrj.br. Acesso em 25 ago. 2016.

⁵ Fonte: Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br>. Acesso em 25 ago. 2016.

⁶ Fonte: Brasscom. Disponível em https://issuu.com/brasscomcomunicacao/docs/anuario_brasscom_2016_pt. Acesso em 25 de junho de 2017.

5. JUSTIFICATIVA

A Resolução CNE/CEB nº 06/2012 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, esta resolução propõe princípios e critérios articulados para a organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Traz princípios norteadores para a Educação Profissional que visem ao atendimento das demandas dos cidadãos, do mercado e da sociedade.

Cada vez mais, as organizações dependem da informática para alcançarem seus objetivos no competitivo mundo globalizado. A Internet criou oportunidades de negócios e tornou ainda mais relevante, para as empresas privadas e as instituições públicas, conectar-se a um universo totalmente novo, com novas oportunidades de lucro e crescimento.

A PAER (Pesquisa da Atividade Econômica Regional) do Rio Grande do Sul, realizada em 1999, apresenta evidências de que, na indústria, “há oportunidades para a expansão da Educação Profissional, na Informática”.

Em relação à informática nas indústrias a pesquisa aponta que:

- ✓ “90% das unidades industriais, responsáveis por 95% dos trabalhadores, são usuárias de microcomputadores”;
- ✓ “60% das unidades industriais utilizam micros em rede (intranet), o que evidencia grau avançado de uso de ferramentas de Informática”;
- ✓ “44% das unidades industriais, correspondendo a 64% do pessoal ocupado, são usuárias de equipamentos de automação industrial”;
- ✓ “82% das unidades industriais que pretendem realizar novos investimentos avaliam que eles ocorrerão na aquisição de equipamentos de Informática e telecomunicações”.

Em relação à atividade industrial no RS, a PAER ainda conclui que “as perspectivas de investimento apontadas, com ênfase em determinadas divisões, aliadas à progressiva difusão de equipamentos baseados em tecnologias da informação, ajudam a explicar por que, na avaliação das

empresas, deverá ocorrer um crescimento da demanda por profissionais que atualmente são consideradas escassos no mercado de trabalho gaúcho”.

A PAER, no que diz respeito ao setor de serviços, apresenta que “a maior concentração de prestação de serviços na região metropolitana de Porto Alegre ocorre nos segmentos mais dinâmicos do setor, a saber, atividades de Informática – 88% das unidades pesquisadas, que representam 94% do pessoal ocupado – e serviços técnicos às empresas – 65% das unidades, que representam 75% do pessoal ocupado”.

Além disso, a pesquisa aponta que:

- ✓ “o uso de microcomputadores é bastante disseminado nos segmentos de telecomunicações, Informática e serviços técnicos às empresas, estando presente em 100% das unidades”;
- ✓ “nas atividades de Informática há um microcomputador por pessoa e nos serviços técnicos às empresas há um microcomputador para cada 2 pessoas”;
- ✓ “várias unidades procuravam diversificar e ampliar a oferta de serviços, ao mesmo tempo em que buscavam ampliar seu nível de informatização”;
- ✓ “no período compreendido entre os anos de 1996 e 1998, 61% das unidades aumentaram a oferta de serviços, 72% das unidades ampliaram sua capacidade de atendimento e 82% das unidades informatizaram suas rotinas administrativas”;
- ✓ “65% das unidades realizaram investimentos tendo em vista a informatização de suas atividades operacionais”;
- ✓ “o segmento em que mais cresceu o número de trabalhadores foi o de atividades de Informática, seguido pelos de alojamento e alimentação, manutenção e reparo, e saúde”.

Tudo isso justifica amplamente a existência de um curso para formar profissionais da Área de Informática que atuem especificamente nas questões pertinentes a implantação e manutenção de redes de computadores.

6. PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

6.1. OBJETIVO GERAL

Formar profissionais em Redes de Computadores, com capacidade de aprender permanentemente, com raciocínio lógico que lhes permita a compreensão e resolução de problemas, com a percepção da necessidade do trabalho em equipe.

6.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O curso Técnico em Redes de Computadores tem como objetivos específicos:

- Promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho;
- Aprimorar o trabalho com diferentes tecnologias;
- Capacitar o aluno a trabalhar com infraestrutura de redes, servidores, serviços, protocolos de redes e segurança de dados;
- Desenvolver a atuação dos alunos nas atividades de informática que necessitem de raciocínio lógico.

6.3. PERFIL DO CURSO

A formação do Técnico em Redes de Computadores visa o entendimento da complexidade do funcionamento das redes de computadores, sua infraestrutura, seus serviços e sua interconexão, que possibilita o funcionamento da Internet. Complexidade essa que os alunos terão conhecimento para implantar e manter seu funcionamento.

O Curso Técnico em Redes de Computadores possibilita que o aluno desenvolva atividades práticas que, além da aplicação e da ampliação dos conhecimentos adquiridos, promovam a interdisciplinaridade e o trabalho em equipe.

São consideradas atividades práticas:

- Visitas técnicas: objetivam o conhecer o funcionamento de infraestruturas de Tecnologia da Informação, com visita a provedores de acesso e/ou serviços em seus *Datacenters*;
- Atividades de laboratório: objetivam a prototipação de instalações físicas reais de uma rede de computadores e da execução de simuladores de rede, que permitam aos alunos montarem em laboratório a estrutura de uma rede de computadores completa.

O Técnico em Redes de Computadores deverá estar ciente de seu papel na sociedade, atuando com responsabilidade e ética profissional, tendo uma atitude pró-ativa diante das questões técnicas que envolvam aspectos sociais e econômicos no provimento de serviços e infraestrutura para o funcionamento das redes de computadores. Estas habilidades o aluno vivenciará durante o Estágio Curricular Obrigatório.

Diante dos aspectos apresentados e discutidos na estruturação curricular, verifica-se que o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Redes de Computadores apresenta ênfase na flexibilidade, baseando-se na interdisciplinaridade e na produção de conhecimento tecnológico.

6.4. PERFIL DO EGRESSO

O perfil desejado para o Técnico em Redes de Computadores é o de um profissional qualificado para compreender, tomar decisões e propor soluções sobre problemas envolvendo infraestrutura e soluções para o funcionamento das redes de computadores e a internet.

O Técnico em Redes de Computadores deverá ser um profissional capaz de:

- Identificar e conhecer o funcionamento e o relacionamento entre os componentes de um computador;
- Executar instalações de softwares;
- Conhecer e operar os serviços de Redes relacionados ao sistema operacional;
- Instalar e administrar Redes de Computadores do ponto de vista de cabeamento e infraestrutura;
- Conhecer a lógica de programação;
- Dominar e aplicar técnicas de configuração de Redes de computadores;
- Conhecer os conceitos e técnicas envolvendo a gestão de segurança da informação;
- Conhecer as ferramentas e o uso de sistema de gerência de Redes de computadores;
- Configurar serviços do correio eletrônico e acesso à Internet;
- Conhecer tecnologias emergentes na área de Informática.

6.5. DIRETRIZES E ATOS OFICIAIS

O presente projeto pedagógico do Curso Técnico em Redes de Computadores baseou-se nas seguintes diretrizes e aportes legais:

- Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional;
- Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos;
- Resolução CNE/CEB 01/14 de 05 de dezembro de 2014
- Lei nº 11788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes;
- Lei 9795, de 27 de abril de 1999 que institui a política nacional de educação ambiental e outras providências;
-

- Decreto nº 8268 de 18 de junho de 2014. Altera o decreto nº 5154 de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os Art. 39 a 41 da Lei 9394/96;
- Decreto nº 5154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1990, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional e dá outras providências;
- Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Conforme Lei nº 9.394/96, com redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e pela Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004;
- Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, que define as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental;
- Decreto 9.057 de 25 de maio de 2017, Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

6.6. FORMAS DE INGRESSO

Levando em consideração os princípios da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei Nº 9.394/96, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Porto Alegre define que as formas de ingresso aos cursos técnicos serão norteadas pela igualdade de condições de acesso, tendo como requisito básico à conclusão do Ensino Médio.

Pelas determinações da Lei 12.711, de 29/08/2012, Decreto 7.824 de

11/10/2012, Portaria Normativa nº 18 de 11/10/2012 do Ministério da Educação, Resolução nº 061/2013 do Conselho Superior do IFRS e Resolução nº 022/2014 do Conselho Superior do IFRS, que regulamentam as normas para o Processo Seletivo de alunos aos Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico Subsequente, o qual é realizado de forma unificada em todo o IFRS, com edital único que define a quantidade de vagas por modalidade para ingresso no IFRS.

Todos os regulamentos do Processo Seletivo estão agrupados em editais e manuais do candidato, publicados e divulgados nos sites institucionais.

Tendo sido classificado no processo de seleção, o candidato deverá realizar todas as etapas da matrícula, nas datas estabelecidas no Calendário Escolar e/ou editais, sob pena de perder a sua vaga. O ingressante fica obrigado a matricular-se em todos os componentes curriculares previstos para o primeiro período letivo do curso.

Caracteriza a perda de direito a vaga o estudante ingressante que não comparecer injustificadamente às aulas transcorridos 06 (seis) dias úteis do início do primeiro período letivo do curso.

Com o objetivo de preencher todas as vagas ofertadas, é possível o ingresso através de processos de transferência, de acordo com regulamentação do IFRS, de editais próprios e respeitados os prazos previstos no Calendário Escolar.

O reingresso é facultado aos estudantes que trancaram a matrícula no mesmo curso e campus do IFRS. O reingresso deverá ser solicitado obedecendo aos prazos e determinados pelo Calendário Escolar.

6.7. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO

O Curso se desenvolverá na perspectiva de uma formação acadêmico-profissional-cidadã. Através do conhecimento teórico se busca intercorrelacionar os conhecimentos técnico-científicos com a atividade de prática profissional, buscando fazer com que o aluno compreenda seu papel na

sociedade. Dessa forma, se busca despertar no aluno sua condição cidadã, a partir de uma visão crítica e com compreensão de seu papel social como profissional da área tecnológica, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional do IFRS. Nesse contexto, sua formação deverá ser um dos catalisadores no processo de transformação de sua realidade, numa perspectiva autônoma e de protagonismo. Com base na promoção do conhecimento científico e da inovação tecnológica, os alunos terão um alicerce que os tornarão preparados para os desafios postos pela sociedade contemporânea através da formação para o trabalho, numa perspectiva emancipatória.

Nesse sentido, entende-se a educação como um processo complexo e dialético, uma prática contra-hegemônica que envolve a transformação humana na direção do seu desenvolvimento pleno, com o sentido de responsabilidade socioambiental. Além disso, o processo educativo deverá ser desenvolvido no curso com um caráter não dogmático, de modo que os sujeitos percebam a dinamicidade do conhecimento e se auto-identifiquem do ponto de vista histórico em sua produção e apropriação.

Dessa forma, todas as articulações e ações pedagógicas e educacionais do curso serão voltadas a formação técnica profissional da área de redes de computadores, onde docentes e discentes trabalham em conjunto no desenvolvimento da tecnologia da informação com o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem. Procurando sempre relacionar suas funções técnicas com o mundo global, o ensino será desenvolvido a partir do contexto social do aluno, focado em uma formação cidadã e tendo como condição básica a melhoria e desenvolvimento das condições socioeconômicas, para que educação e prática social se complementem por meio de uma formação cidadã.

Entendemos esse Projeto Pedagógico de Curso consoante com as orientações norteadoras do Projeto Pedagógico Institucional descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional⁷, em suas ações fundamentais:

“a) oferta de educação profissional e tecnológica;

⁷ [HTTP://IFRS.EDU.BR/SITE/MIDIAS/ARQUIVOS/20150261522458420150126-PDI_2014_2018_VERSAO_FINAL_-_SEM_RES.PDF](http://ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20150261522458420150126-PDI_2014_2018_VERSAO_FINAL_-_SEM_RES.PDF)

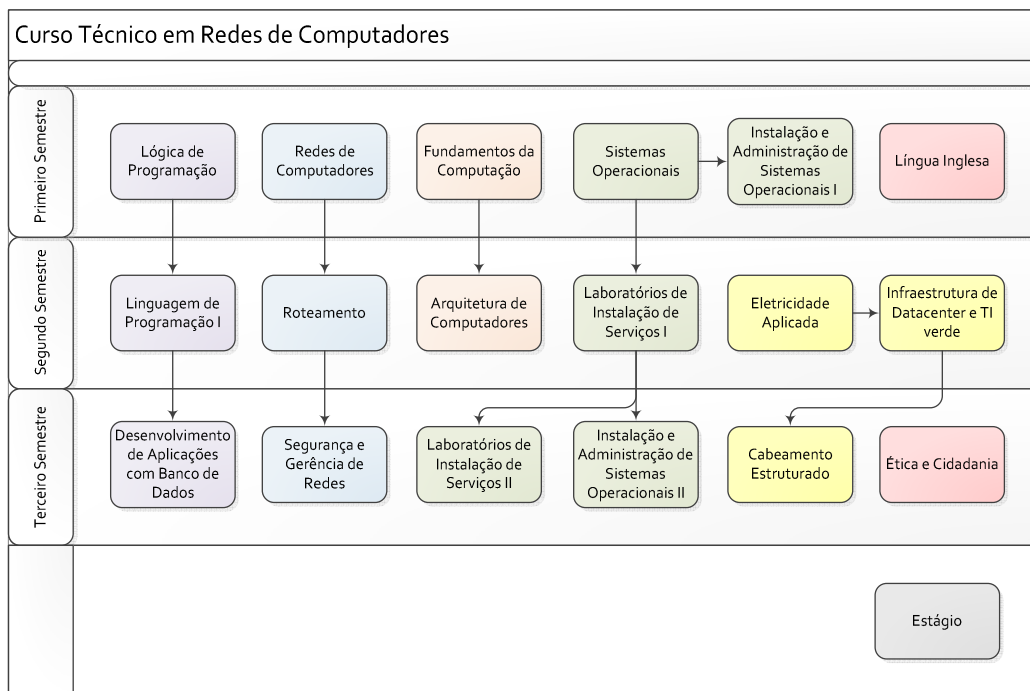
b) desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo intercultural e investigativo de produção e recriação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

c) compromisso com a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no seu âmbito de atuação; (p. 98-99)

Além disso, procuramos ampliar o alcance desse Projeto aqui proposto nesse curso com base nos seguintes princípios: a) Essa proposta está situada no momento histórico em que vivemos e que os saberes que pretendemos atingir são contemporâneos desse contexto; e b) O currículo expressar os anseios da comunidade escolar e acadêmica;

6.8. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

Estrutura Curricular e suas Respectivas Áreas de Formação



A estrutura curricular está organizada em **7 áreas**, as quais são representadas no gráfico acima através de cores e setas indicativas, conforme

a legenda a seguir:

Lógica de Programação e Desenvolvimento de Aplicações com banco de Dados

Redes de Computadores, protocolos e gerência

Fundamentos e arquitetura de computadores

Sistemas Operacionais e Instalação de Serviços

Formação geral

Eletricidade Aplicada e Infraestrutura de Datacenter

Prática Profissional

6.9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

O currículo está estruturado em três semestres. Cada semestre apresenta um conjunto de componentes curriculares necessários para o desempenho das tarefas de um Técnico em Redes de Computadores.

6.10. MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular apresentada, abaixo, no Quadro 1, a distribuição dos componentes curriculares em horas (h/relógio) e em horas-aula (h/aula) que deverão ser cursadas ao longo de 3 semestres, com duração de prazo máximo de 6 semestres, para finalização do curso.

O curso Técnico em Redes de Computadores oferecerá componentes curriculares nas modalidades presenciais e componentes curriculares semipresencial (respeitando o limite de compor até 20% da carga horária total do curso). Desta forma, o Quadro 1 apresenta tanto os componentes curriculares que são ministrados na modalidade presencial quanto o conjunto de componentes curriculares que são ministrados na modalidade semipresencial.

Para o desenvolvimento dos componentes curriculares ministrados na modalidade semipresencial, devido às características desta modalidade de ensino, ressalta-se que existem atividades realizadas de forma assíncrona, síncrona e no modelo de tele aula, conforme descrito a seguir:

- **Atividade Assíncronas:** atividades que o aluno desenvolve sem horário determinado, tais como: efetuar leituras, assistir a vídeos, percorrer objetos de estudos, efetuar pesquisas, participar de fóruns de discussão e efetuar autoavaliação.

- **Atividades síncronas:** atividades que ocorrem com horário marcado, tendo a participação e interação dos alunos e tutoria, que podem ser: virtuais (chat, videoconferência, fóruns) e presenciais (avaliações, videoaulas, aulas).

- **Teleaula:** Pode ser uma atividade síncrona (aula com horário marcado e com participação dos alunos) ou uma atividade assíncrona (aula gravada para ser assistida pelo aluno sem horário marcado).

Quadro 1: Matriz Curricular dos Componentes Curriculares Presenciais e à Distância.

Sem	Componente Curricular	Horas semanais	Carga-horária		Total		Pré-Requisito
			Distância	Presencial	Horas aula	Horas relógio	
1º	Lógica de Programação	4	-	80	80	66	-
	Redes de Computadores	4	-	80	80	66	-
	Fundamentos da Computação	2	-	40	40	33	-
	Sistemas Operacionais	4	-	80	80	66	-
	Instalação e Administração de Sistemas Operacionais I	4	-	80	80	66	-
	Língua Inglesa	2	-	40	40	33	-
	Estágio Curricular				360	300	
Carga Horária Total		20	-	400	760	630	-

Sem	Componente Curricular	Horas semanais	Carga-horária		Total		Pré-Requisito
			Distância	Presencial	Horas aula	Horas relógio	
2º	Linguagem de Programação I	4	-	80	80	66	-
	Arquitetura de Computadores	4	-	80	80	66	-
	Eletricidade aplicada	2	-	40	40	33	-
	Laboratório de Instalação de serviços I	4	-	80	80	66	-
	Roteamento	5	20	80	100	83	-
	Infraestrutura de Datacenter e TI verde	2	-	40	40	33	-
Carga Horária Total		21	20	400	420	347	-

Sem	Componente Curricular	Horas semanais	Carga-horária		Total		Pré-Requisito
			Distância	Presencial	Horas aula	Horas relógio	
3º	Cabeamento Estruturado	4	-	80	80	66	-
	Laboratórios de Instalação de Serviços II	4	-	80	80	66	-
	Instalação e Administração de Sistemas Operacionais II	4	-	80	80	66	-
	Segurança e Gerência de redes	4	--	80	80	66	-
	Desenvolvimento de Aplicações com Banco de Dados	4	-	80	80	66	-
	20	-	400	400	330	-	

Totais	Horas semanais	À Distância	Presencial h/aula	CH Total h/aula	CH Total h/relógio
Componentes Curriculares	61	20	1200	1220	1007
Estágio Curricular		0	0	360	300
Total Geral	61	20	1200	1580	1307

* - h/aula – Corresponde a uma unidade de aula de 50 minutos.

** - h/relógio – Corresponde a uma unidade de 60 minutos.

Conforme artigo 29 da Organização Didática do IFRS, os componentes curriculares da matriz curricular dos cursos técnicos subsequentes devem estar em um dos dois núcleos: (i) de formação básica; (ii) profissional. O Quadro 2 apresenta a distribuição dos componentes curriculares do Curso Técnico em Redes de Computadores divididas nos dois núcleos.

Quadro 2. Divisão dos componentes curriculares por núcleos.

Núcleo	Componente Curricular
De Formação Geral	Língua Inglesa
Profissional	Lógica de Programação
	Redes de Computadores
	Fundamentos da Computação
	Sistemas Operacionais
	Instalação e Administração de Sistemas Operacionais I
	Arquitetura de Computadores
	Eletricidade aplicada
	Laboratório de Instalação de serviços I
Roteamento	

	Linguagem de Programação I
	Infraestrutura de Datacenter e TI verde
	Cabeamento Estruturado
	Laboratórios de Instalação de Serviços II
	Instalação e Administração de Sistemas Operacionais II
	Segurança e Gerência de redes
	Desenvolvimento de Aplicações com Banco de Dados
Prática profissional	Estágio curricular

6.11. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

De acordo com a Resolução CNE N^o 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as diretrizes nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos no curso de Técnico em Redes de Computadores ocorre através de atividades transversais - através de atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão - por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social.

Alguns dos temas relacionados aos Direitos Humanos são abordados em textos do componente curricular de Inglês.

6.12. HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Conforme o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei n^o 11.645 e 10/03/2008; Resolução CNE/CP n^o 01 de 17 de Junho de 2004), e estando de acordo com a LDB 9394/96, o curso Técnico em Redes de Computadores articula, de maneira transversal, temas relativos às questões étnico-raciais presentes em nossa cultura, valorizando sua contribuição para a compreensão do ambiente.

Temas específicos sobre comunidades quilombolas e indígenas são abordados nos conteúdos de Conflitos Socioambientais, ministrados no componente curricular de Inglês.

6.13. PROGRAMA POR COMPONENTES CURRICULARES

. As ementas dos componentes curriculares do Curso Técnico em Redes de Computadores, bibliografia básica e complementar são apresentadas a seguir.

1º SEMESTRE

Lógica de Programação

Carga horária: 66h

Pré-Requisitos: não há

Objetivo geral: Desenvolver o raciocínio lógico e também atributos associados ao processo de criação, na resolução de problemas e na elaboração de algoritmos e programas.

Ementa: Desenvolvimento do raciocínio lógico e aplicação de múltiplas ferramentas para a resolução de problemas com estruturas sequenciais, condicionais e de controle. Conceitos de variáveis e constantes, operadores e expressões matemáticas e lógicas. Estruturas de dados homogêneas e heterogêneas.

Bibliografia Básica:

OKUYAMA, F. Y.; MILETTO, E. M.; NICOLAO, Mariano. Desenvolvimento de Software I: conceitos básicos. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. v. 1.

FORBELONE, A. L. V.; EBERSPÄCHER, H. F. Lógica de Programação – A construção de algoritmos e estruturas de dados. São Paulo: Ed. Pearson, 3a Edição, 2005.

BERG, A. C; FIGUEIRÓ, J. P. Lógica de Programação. Canoas: Ed. ULBRA, 2a Edição, 2002.

Bibliografia Complementar:

MEDINA, M; FERTIG, C. Algoritmos e Programação: Teoria E Prática. São Paulo: Ed. Novatec, 2005

ASCENCIO, A. F. G e CAMPOS, E. A. V.I DE. Fundamentos da Programação de Computadores. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

LOPES, A; GARCIA G. Introdução à Programação: 500 algoritmos resolvidos. Rio de Janeiro: Ed. Câmpus, 2002.

MANZA,J.A.N.G. Algoritmos: Lógica para desenvolvimento de Programação. São Paulo: Erica, 1997.

TERADA, R; SETZER, V. Introdução à computação e a construção de algoritmos. São Paulo: Makron Books, 1992.

REDES DE COMPUTADORES

Carga horária: 66h

Pré-Requisitos: não há

Objetivo Geral: Compreender os conceitos fundamentais de redes de computadores que impactam diretamente no dia-a-dia dos profissionais da área de TIC.

Ementa: Conceituação e aplicação dos protocolos de redes e dos equipamentos de comunicação de dados.

Bibliografia Básica:

LOUREIRO, C. A. H. et al. Redes de computadores III: níveis de enlace e físico. Porto Alegre: Bookman, 2014. (Série Tekne).

COMER, D. E. Interligação de rede com TCP/IP Volume I: princípios, protocolos e arquitetura. São Paulo: Campus, 2006.

COMER, D. E. Interligação de rede com TCP/IP Volume II: princípios, protocolos e arquitetura. São Paulo: Campus, 2006.

TANENBAUM, A. S. Redes de computadores. 4 ed. São Paulo: Campus 2003.

Bibliografia Complementar:

ALBITZ, P.; LIU, C. DNS and Bind. Cambridge: O'reilly, 2002.

FARREL, A. A Internet e seus protocolos: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005.

KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. Redes de computadores e a Internet: uma abordagem top-down. 3. ed. São Paulo: Addison-Wesley, 2006.

SOARES, L. F. G. Redes de computadores: das LANs, MANs e WANs às redes ATM. 2. ed. São Paulo: Campus, 1995.

STALLINGS, W. Redes e sistemas de comunicação de dados. 5. ed. São

Paulo: Campus, 2005.

FUNDAMENTOS DA COMPUTAÇÃO

Carga horária: 33h

Pré-Requisitos: não há

Objetivo Geral: Compreender sistemas de numeração, unidades binárias e a forma como as informações são representadas no computador. Compreender a estrutura lógica e física de um computador, identificando os diversos componentes, suas funções e os relacionamentos entre suas partes.

Ementa: Histórico da informática. Sistemas de numeração. Conversão entre bases numéricas e múltiplos binários. Hardware e Software. Estrutura interna do computador: unidade de sistema, placa mãe, fonte de alimentação, processadores, memórias, barramentos, dispositivos de entrada e saída. Noções de montagem e manutenção de computadores.

Bibliografia Básica:

- WEBER, Raul Fernando. Fundamentos de arquitetura de computadores. 3. ed. Porto Alegre, RS: Instituto de Informática da UFRGS, Sagra Luzzatto, c2008. 306 p. (Série Livros didáticos n.8) ISBN 9788577803101. (6)
- TORRES, Gabriel. Montagem de micros: para autodidatas, estudantes e técnicos. Rio de Janeiro: Nova Terra, 2010. 351 p. ISBN 9788561893019. (12)
- TORRES, Gabriel. Hardware: curso completo. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Axcel Books, c2001. 1398 p. ISBN 8573231653. (2)

Bibliografia Complementar:

- MORIMOTO, Carlos E. Hardware II, o Guia Definitivo. GDH Press e Sul Editores, 2010. (0)
- BITTENCOURT, Rodrigo Amorim. Montagem de computadores e hardware. 6. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2009. 312 p. ISBN 978857452397. (3)
- SCHIAVONI, Marilene. Hardware. Curitiba, PR: Editora do Livro Técnico, 2010. 120 p. ISBN 9788563687104. (5)
- TORRES, Gabriel. Montagem de micros. 4. ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2002. 248 p. (Curso basico & rapido) ISBN 8573231726. (1)
- OKUYAMA, Fabio Yoshimitsu; MILETTO, Evandro Manara; NICOLAO, Mariano (Org.). Desenvolvimento de software I: conceitos básicos. Porto

Alegre, RS: Bookman, 2014. 223 p. (Tekne). ISBN 9788582601457. (8)

SISTEMAS OPERACIONAIS

Carga horária: 66h

Pré-Requisitos: não há

Objetivo geral: Conhecer o funcionamento de sistemas operacionais de forma genérica.

Ementa: Conhecer o histórico e entender funcionamento de um sistema operacional genérico, ou seja, saber o funcionamento da gerência de um processador, entrada e saída, memória e disco. Saber as principais configurações de um sistema operacional Windows bem como seus principais aplicativos e comandos no console. Conhecer as principais configurações de um sistema operacional Linux bem como seus principais aplicativos, comandos no console e programas em Shell Script

Bibliografia Básica:

CARISSIMI, A. OLIVEIRA, Rômulo Silva de. Sistemas Operacionais. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MACHADO, Francis Berenger; MAIA, Luiz Paulo. Arquitetura de Sistemas Operacionais. 4ª edição. São Paulo: LTC, 2007.

TANENBAUM, Andrew S. Sistemas Operacionais Modernos. 2ª edição. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2007.

Bibliografia Complementar:

AELLEN FRISCH. Essential System Administration, 3ª edição, 2002.

GAGNE, G; GALVIN, P. B.; SILBERSCHATZ, A.; Fundamentos de Sistemas Operacionais. Rio de Janeiro, LTC, 2010.

STANEK, William R. Windows XP Professional. Porto Alegre: Bookman. 2006.

STATO FILHO, André. Domínio Linux - Do Básico a Servidores - 2ª edição. Florianópolis: Visual Books, 2005.

TANENBAUM, A. S.; WOODHULL, A. S.; Sistemas Operacionais, Projeto e Implementação. Porto Alegre, Bookman, 2008.

INSTALAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS OPERACIONAIS I

Carga horária:66h

Pré-Requisitos: não há

Objetivo geral: Instalar e gerenciar sistemas operacionais de Redes em plataforma livre

Ementa: Instalação dos sistemas operacionais utilizados em rede de computadores.

Bibliografia Básica:

LPIC 1 Certification Bible. Angie Nash and Jason Nash. Hugry Minds. 2001.

Linux Complete - Command Reference. Compiled by J. Purcell. RedHat Press. 2000.

AELEN Frisch. Essential System Administration, 3a. edição, 2002

Bibliografia Complementar:

TANENBAUM, Andrew S. Sistemas Operacionais Modernos. 2º edição. Ed. Prentice Hall Brasil. 2007.

AELEN FRISCH. Essential System Administration, 3a. edição, 2002.

OLIVEIRA, Rômulo Silva de. Sistemas Operacionais. Editora Sagra Luzzato. Série Livros Didáticos. 2000.

STANEK, William R. Windows Xp Professional. Bookman. 2006.

STATO FILHO, André. Domínio Linux - Do Básico a Servidores - 2ª Ed. 2005. Visual Books.

LÍNGUA INGLESA

Carga horária: 33h

Pré-Requisitos: não há

Objetivo Geral: Desenvolver a leitura e a interpretação de textos em inglês relativos à área de formação técnica e à formação cidadã dos estudantes.

Ementa:

Desenvolver no aluno a compreensão de textos em inglês; Propiciar a aquisição de vocabulário relativo à área de redes de computadores; Contribuir, conforme exigências da legislação educacional, para a educação sobre as relações étnico-raciais, a cultura Afro-brasileira e Indígena, visando o combate ao racismo e à promoção da igualdade racial e dos direitos humanos; Aprofundar o conhecimento de estruturas da gramática de língua inglesa; Reconhecer os gêneros textuais recorrentes da área de formação.

Bibliografia Básica:

MICHAELIS. Pequeno Dicionário. Inglês/Português. Português/Inglês. São Paulo, Companhia Melhoramentos. 1999

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel H. Dalla; XAVIER, Maria Luisa M. (Org.). Povos indígenas & educação. 2. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2012. 199 p. ISBN 9788577060306.

LOPES, Nei. História e cultura africana e afro-brasileira. São Paulo: Balsa Planeta, 2008

Bibliografia Complementar:

DICIONÁRIO OXFORD ESCOLAR. Para estudantes brasileiros de Inglês. Português/Inglês. Inglês/Português. Oxford University Press.

DREY, Rafaela Fetzner; SELISTRE, Isabel Cristina Tedesco; AIUB, Tânia. Inglês: práticas de leitura e escrita. Porto Alegre, RS: Penso, 2015. x, 86 p. (Tekne). ISBN 9788584290307.

MINI COLLINS. Dicionário Inglês/ Português. Português/Inglês. Siciliano.

GLENDINNING, Eric H.; MCEWAN, John. Basic english for computing. revised & updated. Oxford: Oxford University, 2003. 2 v. ISBN 0194574709

EDUCAÇÃO em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa, PB: Editora Universitária, 2007. 511 p. ISBN 9788577452484

ESTÁGIO CURRICULAR

Carga horária: 300h

Pré-Requisitos: não há

Objetivo geral: Vivenciar atividades de ensino teórico com a prática profissional nos ambientes de empresas e instituições, dentro do mundo do trabalho.

Ementa: Os conceitos teóricos sobre redes de computadores, desenvolvidos durante os semestres são vivenciados e praticados em um ambiente real de empresas e instituições.

Bibliografia básica:

SCHMITT, M.; PERES, A.; LOUREIRO, C.; Redes de computadores - nível de

aplicação e instalação de serviços, Bookman, 2013.

PERES, A.; LOUREIRO, C.; SCHMITT, M.; Redes de Computadores II - Níveis de transporte e rede. Bookman, 2014.

LOUREIRO, C. A. H. et al. Redes de computadores III: níveis de enlace e físico. Porto Alegre: Bookman, 2014. (Série Tekne).

Bibliografia complementar:

ANDREW S. TANENBAUM. Redes de Computadores. Campus 2003, 4a. edição.

FARREL, Adrian. A Internet e Seus Protocolos, Uma Análise Comparativa. Campus/Elsevier, 2005.

PINHEIRO, José Mauricio. Infra-Estrutura Elétrica para Rede de Computadores. Editora Ciência Moderna, 2008 1a. edição. ISBN: 9788573936865.

OKUYAMA, F. Y.; MILETTO, E. M.; NICOLAO, Mariano. Desenvolvimento de Software I: conceitos básicos. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. v. 1.

PINHEIRO, José Mauricio. Infra-Estrutura Elétrica para Rede de Computadores. Editora Ciência Moderna, 2008 1a. edição. ISBN: 9788573936865.

2º SEMESTRE

LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO I

Carga horária: 66h

Pré-Requisitos: Lógica de Programação

Objetivo geral: Compreender a aplicabilidade do paradigma de programação procedural, através da linguagem C ANSI, como uma metodologia do raciocínio construtivo aos problemas com solução algorítmica.

Ementa: Fundamentos da construção de programas utilizando linguagem C ANSI. Conceitos de variáveis, variáveis homogêneas (vetores e matrizes) e variáveis heterogêneas (registros). Operadores e expressões matemáticas e lógicas. Estruturas de controle de programação. Funções, variáveis locais e globais, passagem de parâmetros por valor e por referência e tratamento de arquivos. Programação estruturada, modular, refinamentos sucessivos, top-down versus bottom-up.

Bibliografia Básica:

DEITEL, Harvey., DEITEL, Paul J. Como programar em C. Rio de Janeiro: Pearson Education, 6ª. Edição 2011. ISBN 9788576059349.

ASCENCIO, Ana Fernanda Gomes; CAMPOS, Edilene Aparecida Veneruchi de. Fundamentos da Programação de Computadores. Rio de Janeiro: Pearson Education. 2012. ISBN 9788564574168.

OKUYAMA, F.Y; MILETTO, E. M; NICOLAO, M. Desenvolvimento de Software I – Conceitos Básicos. Porto Alegre: Bookman, 2014. ISBN 9788582601457

Bibliografia Complementar:

PINHEIRO, Francisco de A. C. Elementos de Programação em C. Porto Alegre: Bookman, 2012. ISBN 9788540702028

KERNIGHAN, Brian W. e RITCHIE, Dennis M. C a linguagem de programação. Rio de Janeiro: Campus, 1988. ISBN: 8570015860

SCHILDT, HERBERT. C completo e total. 3. ed. Ed. Pearson, 2004. ISBN 9788534605953

HUSS, Eric. The C Library Reference Guide. 1997. Disponível em <http://www.acm.uiuc.edu/webmonkeys/book/c_guide/>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CENAPAD – UNICAMP. Introdução à Linguagem C, UNICAMP, Campinas, 2009. Disponível em:

<http://www.cenapad.unicamp.br/servicos/treinamentos/apostilas/apostila_C.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

ARQUITETURA DE COMPUTADORES

Carga horária: 66h

Pré-Requisitos: não há

Objetivo geral: Compreender como são representados números negativos e números fracionários no computador e quais suas implicações. Entender a álgebra booleana e os circuitos lógicos básicos de construção das estruturas internas de um processador. Entender como um programa é representado em linguagem de máquina e qual sua relação com a linguagem Assembly.

Ementa: Números binários negativos. Números binários fracionários. Aritmética computacional. Álgebra booleana. Circuitos lógicos. Estrutura interna

de microprocessadores e microcontroladores. Linguagem de máquina. Conjunto de instruções. Linguagem assembly

Bibliografia Básica:

STALLINGS, William. Arquitetura e organização de computadores. 8.ed. São Paulo : Pearson Education do Brasil, 2010. 624 p. ISBN: 9788576055648.

VELLOSO, Fernando de Castro. Informática : conceitos básicos. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ : Elsevier, : Campus, c2011. xiii, 391 p. ISBN: 9788535243970.

WEBER, Raul Fernando. Fundamentos de arquitetura de computadores. 3. ed. Porto Alegre : Instituto de Informática da UFRGS, : Sagra Luzzatto, c2004. 306 p. ISBN: 9788577803101.

Bibliografia Complementar:

BROOKSHEAR, J. Glenn. Ciência da computação : uma visão abrangente. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 512 p. ISBN: 8536304383.

CAPRON, H.L.. Introdução à informática. 8. ed. São Paulo, SP : Pearson Prentice Hall. ISBN: 9788587918888.

HENNESSY, John L.. Arquitetura de computadores: uma abordagem quantitativa. 4. ed. Rio de Janeiro : Campus, c2008. xxxiii; 494 p. ISBN: 9788535223552.

TOCCI, Ronald J.. Sistemas digitais : princípios e aplicações. 10. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, c2007. xxii, 804 p. ISBN: 9788576050957.

WEBER, Raul Fernando. Arquitetura de Computadores Pessoais. 2. ed. Porto Alegre : Il da UFRGS, : Sagra Luzzatto, 2001. 271 p. ISBN: 9788577803118.

ELETRICIDADE APLICADA

Carga horária: 33h

Pré-Requisitos: não há

Objetivo geral: Compreender os conceitos físicos associados com o eletromagnetismo, as ondas e a ótica aplicados na tecnologia de sistemas de redes de computadores.

Ementa: Eletromagnetismo. Ondas. Ótica. Dimensionamento de componentes e equipamentos elétricos. Projeto elétrico.

Bibliografia Básica:

D. Halliday, R. Resnick e J. Walker. *Fundamentos de física*, volumes 3 e 4,

8a. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

NBR 5410: *Instalações elétricas em baixa tensão*. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

H. Creder. *Instalações elétricas*, 15a. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

Bibliografia Complementar:

P. C. M. Penteadó e C. M. A. Torres. *Física: ciência e tecnologia*, volumes 2 e 3. São Paulo: Moderna, 2005.

E. Cruz. *Eletricidade aplicada em corrente contínua*. São Paulo: Érica, 2006.

S. M. Wentworth. *Eletromagnetismo aplicado*. Porto Alegre: Bookman, 2008.

G. Kindermann e J. M. Campagnolo. *Aterramento elétrico*, 3a. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1995.

E. C. A. Cruz e S. Choueri Jr. *Eletrônica aplicada*. São Paulo: Érica, 2007.

LABORATÓRIO DE INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS I

Carga horária: 66h

Pré-Requisitos: não há

Objetivo geral: Desenvolver a capacidade de uso, análise, diagnóstico e resolução de problemas envolvendo as camadas superiores da arquitetura TCP/IP.

Ementa: Apresentação dos conceitos fundamentais das redes de computadores, sua arquitetura e protocolos. Aprofundamento em conceitos e exemplos práticos das camadas superiores da arquitetura TCP/IP, do nível de Aplicação ao nível de Rede.

Bibliografia Básica:

SCHMITT, M.; PERES, A.; LOUREIRO, C.; *Redes de computadores - nível de aplicação e instalação de serviços*, Bookman, 2013.

ANDREW S. TANENBAUM. *Redes de Computadores*. Campus 2003, 4a. edição.

FARREL, Adrian. *A Internet e Seus Protocolos, Uma Análise Comparativa*. Campus/Elsevier, 2005.

Bibliografia Complementar:

KUROSE, JAMES F.; ROSS, KEITH W. *Redes de Computadores e a Internet: Uma Abordagem Top-down*. Editora: Addison-Wesley, 3a edição 2006.

STALLINGS, William. *Redes e Sistemas de Comunicação de Dados*. Campus 5a edição, 2005.

COMER, Douglas. Interligação de redes com TCP/IP. 6.ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2015. --v. ISBN 9788535278637 (v.1).

PEEK, Jerry D.; JONES, Russ; BUUS, Bryan; NYE, Adrian; LIU, Cricket. Managing internet information services. Sebastopol: O'Reilly & Associates, 1994. 630 p. ISBN 1565920627

DOYLE, Jeff J.; CARROLL, Jennifer DeHaven. Routing TCP/IP. Indianapolis: Cisco Press, c2001. 945 p. (CCIE Professional development; 2) ISBN 9781578700899(v.2)

ROTEAMENTO

Carga horária: 83h

Pré-Requisitos: não há

Objetivo geral: Planejar e implementar o roteamento de uma rede.

Ementa: Apresenta aos alunos os diversos algoritmos e estratégias de roteamento utilizados para manter a conectividade em redes locais e Internet.

Bibliografia Básica:

PERES, A.; LOUREIRO, C.; SCHMITT, M.; Redes de Computadores II - Níveis de transporte e rede. Bookman, 2014.

DOYLE, J. e CARROLL, D. Routing TCP/IP, Volume I. Cisco Press, Indianapolis. 2005.

DOYLE, J. e CARROLL, D. Routing TCP/IP, Volume II. Cisco Press, Indianapolis. 2010.

Bibliografia Complementar:

BIRKNER, Matthew H. Projeto de Interconexão de Redes. Editora Makron Books, 2003 1a. edição. ISBN: 8534614997.

HALABI, Sam. Internet Routing Architectures. 2a. edição

THOMAS, Tom. OSPF Network Design Solutions. 2a. Edição

THOMAS, Stephen. IP Switching and Routing Essentials: Understanding RIP, OSPF, BGP, MPLS, CR-LDP, and RSVP-TE

DOOLEY, Kevin; BROWN, Ian. Cisco IOS Cookbook. O'Reilly, 2a. Edição, 2006.

INFRAESTRUTURA DE DATACENTER E TI VERDE

Carga horária: 33h

Pré-Requisitos: não há

Objetivo geral: Conhecer a evolução tecnológica das redes de computadores, aplicada a criação de Datacenters utilizando conceitos de TI verde.

Ementa: Conhecimento de tecnologias e produtos de redes de computadores da atualidade que atuem em consonância com o uso de recursos ambientais de acordo com a legislação brasileira, abordando a educação ambiental.

Bibliografia Básica:

LOUREIRO, C. A. H. et al. Redes de computadores III: níveis de enlace e físico. Porto Alegre: Bookman, 2014. (Série Tekne).

VERAS, Manoel. Datacenter - Componente Central da Infraestrutura de Ti. Ed. Brasport. 2009. 376 p.

MARIN, Paulo Sérgio. Data Centers - Desvendando cada passo: conceitos, projeto, infraestrutura física e eficiência energética São Paulo. Ed. Èrica, 2011.

Bibliografia Complementar:

SCHWANKE, Cibele (Org.). Ambiente: conhecimentos e práticas. Porto Alegre, RS: Bookman, 2013. 247 p. (Série Tekne). ISBN 9788582600023.

ARREGOCES, Mauricio. Portolani, Mauricio. Datacenter Fundamentals. Ed. Ciscopress. Indianapolis. USA.

MARIN, Paulo Sérgio. Data Centers - Engenharia: Infraestrutura Física. Ed. PM Books. 280 p.

GENG, Hwaiyu. Data Center Handbook. Ed. Wiley. Palo Alto, CA, USA. 2015. 720 p.

VERA, M.; Virtualização de servidores - curso completo, 1ª ed. Editora Brasport, 2011.

TAURION, C. Cloud Computing: computação em nuvem. Editora Brasport, 2009.

3º SEMESTRE

CABEAMENTO ESTRUTURADO

Carga horária: 66h

Pré-Requisitos: não há

Objetivo geral: Planejar fisicamente uma rede de computadores

Ementa: Desenvolvimento de um projeto de rede com cabeamento estruturado.

Bibliografia Básica:

PINHEIRO, José Mauricio. Infra-Estrutura Elétrica para Rede de Computadores. Editora Ciência Moderna, 2008 1a. edição. ISBN: 9788573936865.

Guia Completo de Cabeamento de Redes. Editora Campus, 2003, 1a. edição. ISBN: 853521304X

COELHO, Paulo Eustáquio. Projeto de Redes Locais com Cabeamento Estruturado, Instituto Online, 2003.

Bibliografia Complementar:

LACERDA, Ivan Max F. Cabeamento estruturado - Projeto, Implantação e Certificação. 2002.

MEDOE, Pedro A. Cabeamento de redes na prática. Saber, 2002.

DERFLER, Frank. Tudo sobre cabeamento de redes. Campus. 1993.

MARIN, Paulo Sérgio. Cabeamento estruturado - Desvendando Cada Passo: Do Projeto à Instalação. Editora Érica.

TAURION, C. Cloud Computing: computação em nuvem. Editora Brasport, 2009.

LABORATÓRIO DE INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS II

Carga horária: 66h

Pré-Requisitos: não há

Objetivo geral: Instalar a infraestrutura de softwares necessária ao funcionamento de uma rede de computadores.

Ementa: Realização de seleção, configuração e instalação dos serviços para redes de computadores.

Bibliografia Básica:

SCHMITT, M.; PERES, A.; LOUREIRO, C.; Redes de computadores - nível de aplicação e instalação de serviços, Bookman, 2013.

ANDREW S. TANENBAUM. Redes de Computadores. Campus 2003, 4a. edição.

FARREL, Adrian. A Internet e Seus Protocolos, Uma Análise Comparativa.

Campus/Elsevier, 2005.

Bibliografia Complementar:

ALBITZ, Paul; Liu, Cricket. DNS and Bind. O'reilly, 2002.

COSTALES, Bryan; Allman, Eric. Send Mail, 2a edição. O'reilly. 1997.

CHAPMAN, D. Brent; Zwicky, Elizabeth D. Building Internet Firewalls. O'reilly, 2000.

KUROSE, JAMES F.; ROSS, KEITH W. Redes de Computadores e a Internet: Uma Abordagem Top-down. Editora: Addison-Wesley, 3a edição 2006.

STALLINGS, William. Redes e Sistemas de Comunicação de Dados. Campus 5a edição, 2005.

INSTALAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS OPERACIONAIS II

Carga horária: 66h

Pré-Requisitos: não há

Objetivo geral: Gerenciar sistemas operacionais de Redes em plataforma Windows server.

Ementa: Administração dos sistemas operacionais utilizados em redes de computadores.

Bibliografia Básica:

SERAGGI, Marcio Roberto. Windows Server 2012 R2. 1a. Edição. Editora: SENAC. SÃO PAULO. 308 p.

THOMPSON, Marco Aurélio. WINDOWS SERVER 2012 - INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE REDES. 2ª Edição. Editora Érica. 2013. 368 p.

THOMPSON, Marco Aurélio. WINDOWS SERVER 2012 - FUNDAMENTOS. 2ª Edição. Editora Érica. 2013. 240 p.

Bibliografia Complementar:

ZACKER, CRAIG. EXAM REF 70-410 - INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO WINDOWS SERVER 2012 R2. Tradutor: SILVA, ALDIR JOSE COELHO CORREA DA. 1a. Edição. Editora: BOOKMAN COMPANHIA. 2015. 408.

GEBEAU, LAURENT. WINDOWS SERVER 2012 R2 - INSTALLATION. 1a. Edição. Editora Midiaforma. ISBN: 9782918819813. 2014.

HALLBERG, Bruce A. Networking: Redes de Computadores - Teoria e Prática. 2003, 1a. edição. ISBN: 8588745887

AELLEN FRISCH. Essential System Administration, 3a. edição, 2002.

OLIVEIRA, Rômulo Silva de. Sistemas Operacionais. Editora Sagra Luzzato. Série Livros Didáticos. 2000.

SEGURANÇA E GERÊNCIA DE REDES

Carga horária: 66h

Pré-Requisitos: não há

Objetivo geral: Conhecer os conceitos básicos de segurança computacional, atributos, ferramentas, método de implantação de segurança em um ambiente de TI, com foco na gerência dos ativos computacionais.

Ementa: Apresentação dos atributos e pilares da segurança computacional, técnicas de ataques e mecanismos de defesa. Conceituar os principais protocolos de gerência de rede, utilizar os produtos e ferramentas de gerência de rede. Conhecer as formas de se realizar a análise de riscos, plano de ações e demais etapas da gestão da segurança em um ambiente computacional.

Bibliografia Básica:

ZWICKY, Elizabeth D., et al. Building Internet Firewalls, Second Edition. O'Reilly, 2000. ISBN: 1-56592-871-7

TANENBAUM, Andrew S. Redes de Computadores 4a edição. Elsevier, 2003. ISBN: 85-352-1185-3

TANENBAUM, Andrew S. Sistemas Operacionais Modernos. Pearson Prentice Hall, 2010. ISBN: 978-85-7605-237-1

Bibliografia Complementar:

HOPE, Paco; WALTHER, Ben. Web Security Testing Cookbook. O'Reilly, 2009. ISBN: 978-0-596-51483-9

SHIFLETT, Chris. Essential PHP Security. O'Reilly, 2006. ISBN: 978-0-596-00656-3

GUIMARÃES, Alexandre G. Segurança com VPNs. Brasport, 2006. ISBN: 85-7452-289-9

FRISCH, AEllen. Essential System Administration, 3rd edition. O'Reilly, 2002. ISBN: 978-0-596-00343-2

EVI, Nemeth; et al. Manual Completo do Linux. Pearson Prentice Hall, 2007. ISBN: 978-85-7605-112-1

DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÃO COM BANCO DE DADOS

Carga horária: 66h

Pré-Requisitos: não há

Objetivo geral: Adquirir o conhecimento necessário para modelar um banco de dados, realizando acessos através de uma linguagem de programação Web.

Ementa: Apresentação dos conceitos necessários para o desenvolvimento de aplicações com banco de dados

Bibliografia básica:

CARISSIMI, A. OLIVEIRA, Rômulo Silva de. Sistemas Operacionais. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MACHADO, Francis Berenger; MAIA, Luiz Paulo. Arquitetura de Sistemas Operacionais. 4ª edição. São Paulo: LTC, 2007.

TANENBAUM, Andrew S. Sistemas Operacionais Modernos. 2ª edição. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2007.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, M. G. Automação de escritórios com Office 2000. São Paulo: Brasport, 2000.

MARQUIS, A.; COURTER, G. Microsoft Office 2000 prático e fácil: passos rápidos para o sucesso. São Paulo: Makron Books, 2000.

RONCONI, L. M. Access 2000. São Paulo: Editora Senac, 2000.

DATE, C. J. Introdução a sistemas de banco de dados. 7. ed. São Paulo: Campus, 2000.

HEUSER, Carlos Alberto. Projeto de banco de dados. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

6.14. ESTÁGIO CURRICULAR

O Estágio Curricular compreendido como atividade afinada com o perfil profissional definido pelo Curso, poderá ser realizado de duas formas: (i) estágio não-obrigatório; e (ii) estágio curricular obrigatório. Ambos constituem-se em etapa fundamental na formação do aluno. O estágio não-obrigatório poderá ser iniciado a partir do primeiro semestre do curso (Lei nº 11788/08 e Resoluções CONCAMP nº 14/2013 e nº 17/2013) e sua carga horária não poderá ser utilizada como estágio obrigatório.

O estágio curricular obrigatório apresenta carga-horária de 300 horas e é parte integrante da matriz curricular do curso. Dessa forma, o aluno deverá cumprir o estágio curricular obrigatório, bem como a totalidade dos componentes curriculares, para que possa concluir o Curso Técnico em Redes de Computadores.

O objetivo do estágio curricular obrigatório é o aprimoramento das experiências curriculares com base nas vivências profissionais e relações socioculturais, assim como a incorporação de novos saberes e habilidades, fundamentais na formação do futuro profissional.

Os critérios estabelecidos para a realização do Estágio Curricular Obrigatório são os seguintes (Lei nº 11788/08, Instrução Normativa PROEXT nº 09/2010 e Resolução CONCAMP nº 23/2014):

- o aluno poderá iniciar o estágio obrigatório após ter concluído, com aprovação, 50% dos componentes curriculares referentes ao primeiro semestre da matriz curricular do curso e estiver matriculado e cursando os componentes curriculares dos semestres subsequentes da matriz curricular do curso;
- o aluno que tiver reprovação em algum componentes curriculares poderá realizar estágio obrigatório desde que regularmente matriculado no Curso;
- o estágio poderá ser realizado em instituições, empresas públicas e/ou privadas e, laboratórios de ensino/pesquisa;
- as atividades de extensão, de monitorias, de iniciação científica e/ou tecnológica e projetos de pesquisa, desenvolvidas pelo estudante, poderão ser equiparadas ao estágio com a concordância do professor orientador;
- O aluno terá um prazo limite de até 03 anos para concluir o Curso Técnico, incluindo o Estágio Curricular Obrigatório.
- O aluno poderá ser dispensado do Estágio Curricular Obrigatório nos casos previstos na Resolução CONCAMP nº 23/2014.

O Estágio Curricular Obrigatório é prática pedagógica, realizada sob orientação de um professor do IFRS, Campus Porto Alegre e supervisão da Instituição pública ou privada que acolhe o aluno, observando a regulamentação específica do Curso. É o professor orientador que realiza

a avaliação do estágio baseado no acompanhamento contínuo do aluno, através de documentos de avaliação definidos pelo próprio Curso e pelo Programa de Estágios do IFRS, Campus Porto Alegre, sob responsabilidade Núcleo de Estágios. O aluno que não atingir os objetivos do estágio deverá realizá-lo novamente.

O estágio curricular obrigatório será finalizado após o aluno apresentar o Relatório de Estágio. Deverão constar como anexos obrigatórios do relatório os documentos disponibilizados pelo Núcleo de Estágios, quais sejam:

- Proposta de Estágio;
- Avaliação de Desempenho do Estagiário (a ser preenchida pela empresa);
- Avaliação do professor orientador;
- Atestado (documento obrigatório para o término do Estágio. Este documento deverá ser preenchido pela empresa e pelo professor orientador e não deverá ser anexado ao relatório).

O professor orientador, após avaliação final encaminhará cópia digital do Relatório (não necessitando a entrega de cópia impressa) e o Atestado (devidamente preenchido e assinado por orientador e supervisor de estágio) ao coordenador do curso, para que se efetivem os devidos registros. O professor orientador divulgará aos alunos-estagiários a avaliação final. É de responsabilidade do coordenador do curso encaminhar o Atestado ao setor responsável pelo registro do estágio.

6.15. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Conforme a LDB9394/96, a avaliação é um processo que deve ocorrer de forma contínua e cumulativa, com a prevalência dos aspectos qualitativos em detrimento dos quantitativos.

O Plano de Desenvolvimento Institucional, em seu capítulo terceiro, ao tratar do Projeto Pedagógico Institucional - PPI (IFRS, 2014), vai ao encontro da legislação nacional ao definir que a avaliação é parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, através de suas funções diagnóstica, processual,

formativa, somativa, emancipatória e participativa.

Em relação aos componentes curriculares relacionados a modalidade semipresencial, os professores deverão realizar momentos presenciais para avaliação das atividades realizadas à distância..

Conforme a Organização Didática do IFRS (2015), a avaliação do desempenho dos alunos de cursos técnicos subsequentes será expressa semestralmente através de notas, registradas de 0 (zero) a 10 (dez), sendo admitida apenas uma casa decimal após a vírgula em cada componente curricular. O docente deverá aplicar semestralmente, no mínimo, dois instrumentos avaliativos em cada componente curricular.

A nota mínima da média semestral (MS) para aprovação em cada componente curricular será 7,0 (sete), calculada através da média aritmética das avaliações realizadas ao longo do semestre. O aluno que não atingir média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) ao final do período letivo, em determinado componente curricular, terá direito a exame final (EF). §1º.

A média final (MF) será calculada a partir da nota obtida no exame (EF) com peso 4 (quatro) e da nota obtida na média semestral (MS) com peso 6 (seis), conforme a equação abaixo:

$$MF = (MS * 0,6) + (EF * 0,4) \geq 5,0$$

O aluno deve obter média semestral (MS) mínima de 1,8 (um vírgula oito) para poder realizar exame final (EF). O exame final será aplicado tendo como referência os conteúdos trabalhados no componente curricular durante o semestre.

O aluno poderá solicitar revisão do resultado do exame final, até 2 (dois) dias úteis após sua publicação, através de requerimento fundamentado, protocolado na Secretaria Escolar, dirigido à Direção de Ensino ou à Coordenação de Curso.

A aprovação do estudante no componente curricular dar-se-á somente com a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e média semestral (MS) igual ou superior a 7,0 (sete) ou média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), após realização de exame.

Todo o aluno terá direito à recuperação paralela, desde que dentro do

mesmo trimestre/semestre. Os estudos de recuperação visam sanar as dificuldades verificadas durante o processo de ensino-aprendizagem, oportunizando ao aluno a possibilidade de recuperar qualitativa e quantitativamente os conteúdos e práticas desenvolvidos durante o semestre.

A realização dos estudos de recuperação deverá respeitar minimamente as seguintes etapas:

- I. Readequação das estratégias de ensino-aprendizagem;
- II. Construção individualizada de um plano estudos;
- III. Esclarecimento de dúvidas;
- IV. Avaliação.

Define-se avaliação como o conjunto de procedimentos no qual se utiliza métodos e instrumentos diversificados, com o objetivo de realizar um diagnóstico de aprendizagem que será utilizado como ferramenta de planejamento.

Quanto as avaliações substitutivas, ao aluno que deixar de executar trabalho escolar/acadêmico será facultado o direito a uma nova oportunidade, se requerida, mediante protocolo junto à Secretaria Escolar, ou equivalente, dirigido à Direção de Ensino e/ou Coordenação de Curso, através de preenchimento de documento próprio, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a emissão do atestado, desde que comprove através de documentos, conforme previsto na Organização Didática do IFRS.

6.16. DA RECUPERAÇÃO PARALELA

É garantido ao aluno, conforme a LDB, o direito de usufruir atividade de recuperação, preferencialmente paralela ao período letivo, em caso de baixo rendimento escolar.

Conforme a Organização Didática do IFRS, em seu artigo 195, § 1º, a recuperação respeitará minimamente as seguintes etapas:

- I. Readequação das estratégias de ensino-aprendizagem;
- II. Construção individualizada de um plano de estudos;
- III. Esclarecimento de dúvidas;
- IV. Avaliação.

Porém, segundo o Parecer CNE/CEB 12/97 não se deve confundir

recuperação paralela com “ao mesmo tempo”, ou seja, desenvolvida dentro da carga horária da disciplina.

Por isso, os alunos do Curso Técnico em Redes de Computadores com dificuldades no processo de aprendizagem realizarão estudos orientados, com o acompanhamento do professor do componente curricular e acompanhamento psicopedagógico, quando for o caso. Conforme a Organização Didática, em seu Art. 197, estudo orientado é o processo didático-pedagógico que visa oferecer novas oportunidades de aprendizagem ao aluno, a fim de superar dificuldades ao longo do processo de ensino e aprendizagem. O estudo orientado será oferecido em período informado pelo professor em seu Plano de Ensino e/ou Plano de Trabalho, sendo também divulgado em sala de aula.

6.17. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS ANTERIORES

Os alunos que já concluíram os componentes curriculares em cursos equivalentes ou superiores poderão solicitar aproveitamento de estudos e consequente dispensa de componentes curriculares. O aproveitamento de estudos deverá ser requerido pelo aluno, junto à Secretaria Escolar, no início do semestre, observando-se o período estabelecido no Calendário Escolar, conforme normas estabelecidas na seção IX e X da Organização Didática do IFRS.

Para fins de aproveitamento de estudos, os componentes curriculares deverão ter sido concluídos no mesmo nível ou em outro mais elevado. Cada componente curricular objeto de análise para concessão de aproveitamento deverá ter equivalência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdo e carga horária. Para a concessão da equivalência poderá ser solicitado ao aluno documento complementar, a critério da Coordenação de Curso e, caso se julgue necessário, o aluno poderá ser submetido ainda à certificação de conhecimentos.. Também não será permitido o aproveitamento de mais de 30% (trinta por cento) dos componentes curriculares oferecidos pelo curso.

Os pedidos de aproveitamento de estudos e a divulgação das respostas

serão realizados nos prazos estabelecidos previamente em calendário escolar, não excedendo o período de um mês após o início das aulas do respectivo componente curricular.

A Coordenação do Curso deverá encaminhar o resultado do processo à Coordenadoria de Registros Acadêmicos ou equivalente, cabendo ao aluno informar-se sobre o deferimento. A liberação da frequência às aulas ocorrerá a partir da assinatura de ciência no processo de aproveitamento de estudos.

Além disso, os alunos poderão requerer certificação de conhecimentos adquiridos através de experiências previamente vivenciadas, oriundas do mundo do trabalho em diferentes instituições, inclusive fora do ambiente escolar, a fim de alcançar a dispensa de componente(s) curricular(es) integrante(s) da matriz curricular do curso. A certificação de conhecimentos deverá ser requerida pelo aluno junto à Secretaria Escolar, no início do semestre, observando-se o período estabelecido no Calendário Escolar, conforme normas estabelecidas na seção X da Organização Didática do IFRS. Não serão atendidos pedidos de alunos que já cursaram o(s) componente(s) curricular(es) e não obtiveram aprovação. A certificação de conhecimentos dar-se-á mediante a aplicação de instrumento de avaliação realizada por um docente da área, ao qual caberá emitir parecer conclusivo sobre o pleito.

Os estudantes do IFRS que concluíram componentes curriculares em programas de Mobilidade Estudantil poderão solicitar aproveitamento de estudos, e conseqüente dispensa de cursá-los, mediante a apresentação dos seguintes documentos: I. Requerimento preenchido em formulário próprio, com especificação dos componentes curriculares a serem aproveitados; II. Histórico oficial e programas dos componentes curriculares, ou documento similar que descreva os conteúdos abordados e suas respectivas cargas horárias, autenticados pela instituição de origem. A descrição de conteúdos a que se refere o inciso II, quando em outro idioma que não seja o espanhol, deverá ser acompanhada de tradução para o português.

6.18. METODOLOGIAS DE ENSINO

Nesse projeto pedagógico entendemos como metodologia de ensino o conjunto de procedimentos e ações didático-pedagógicas no âmbito dos

componentes curriculares do curso no intuito que atingir os objetivos de aprendizagem a partir dos conteúdos e práticas desenvolvidas no curso. Nesse sentido, dentre as diversas formas de implementação dessas práticas, podemos destacar:

- Problematizar o conhecimento, no sentido de questionar o que se apresenta, estimulando no aluno um senso crítico;
- Propor a pesquisa como uma forma de educação e procedimento de aprendizagem;
- Planejar, elaborar e executar os registros das aulas, bem como realizar as análises das aulas;
- Utilizar como ferramenta de apoio recursos tecnológicos no auxílio às atividades pedagógicas;
- Propor aos alunos, através de projetos, discussões ou atividades em grupo, aulas interativas;
- Utilizar a questão da transdisciplinaridade no enriquecimento dos conteúdos e nas possibilidades do uso de contraponto e comparação de situações no processo de aprendizagem;
- Estimular aos alunos o pensamento crítico em relação às funções das tecnologias dentro de seu contexto local;
- Adotar como princípio a indissociabilidade entre teoria e prática na execução das aulas.

As ações metodológicas do curso não estão limitadas às questões mencionadas anteriormente. Em relação aos tipos de componentes curriculares nos quais são classificados como práticos e teóricos, temos: práticos, realizadas em laboratórios especializados, as construções do conhecimento se dão com base nos conhecimentos prévios dos estudantes, nos conhecimentos específicos desenvolvidos nos componentes curriculares teóricos, nas experiências práticas mediadas pelos docentes, através de propostas de resolução de problemas existentes no mundo do trabalho, da experimentação da rotina profissional e da utilização de equipamentos e tecnologias próprias da área de redes.

As articulações dos docentes, em relação ao uso das metodologias citadas, são planejadas previamente e podem ser construídas em conjunto por grupo de componentes curriculares, por semestre ou de acordo com os

conteúdos transdisciplinares, lembrando que a autonomia didático-pedagógica é uma prerrogativa dos docentes.

6.19. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A modalidade da Educação a Distância é definida no Art. 1º do Capítulo I do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, da seguinte forma: “Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.”

Os estudos são apoiados por um Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) – Moodle, conforme Instrução Normativa PROEN/IFRS nº 007, 27/09/2016, onde são disponibilizados os materiais de estudos e organizadas as atividades síncronas e assíncronas.

A produção e distribuição do material didático para os componentes curriculares semipresenciais, se dará conforme IN Proen/IFRS nº 008, priorizando o uso de materiais didáticos digitais, considerando o princípio da economicidade e o dinamismo do conhecimento. É atribuição do(s) professor(es) responsável(is) pelo componente curricular o processo de elaboração, produção e distribuição do material didático.

O período de aulas de cada componente curricular na modalidade semipresencial inicia com um encontro presencial em que os alunos recebem as orientações relativas a aprendizagem autônoma, instrumentalização ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) – Moodle e o Plano de Estudos que traz o roteiro com cronograma e descrição das atividades que serão desenvolvidas no decorrer do componente curricular. Com isso, os alunos podem fazer a programação para acompanharem os itens a serem estudados, conforme o ritmo e disponibilidade de horário individual. Havendo necessidade, está disponível ao discente o NEaD (Núcleo de Educação a Distância) para sanar dúvidas e prestar suporte a ferramenta, bem como laboratórios de informática com monitores.

O calendário com as datas dos encontros presenciais previstos para

avaliações e aulas práticas em laboratórios é apresentado também no início do semestre, sendo sempre marcados no turno e dia da semana definidos no calendário acadêmico.

A interação entre alunos, professores e conteúdo é viabilizada por meio dos recursos oferecidos no AVEA, tais como: plano de estudos, cronograma, calendário das avaliações presenciais e aulas práticas em laboratórios, fóruns, materiais de estudos disponibilizados aos alunos (textos, vídeos, slides...) e tele aulas gravadas.

Deverão ser executadas exclusivamente de forma presencial, conforme legislação vigente, as atividades a seguir relacionadas: Estágios curriculares, atividades práticas desenvolvidas em laboratórios científicos ou didáticos específicos e atividades obrigatoriamente presenciais previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso.

6.20. INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A organização curricular do curso integra necessariamente as três instâncias de atuação do corpo docente e, deste modo, o regime de trabalho é compreendido, na sua integralidade, como destinado ao ensino, à pesquisa e à extensão, estas especificadas pelas normas estatuídas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e, mais especificamente, pelo Campus Porto Alegre.

Na organização das estratégias pedagógicas anuais, por ocasião da Mostra de Trabalhos de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFRS Campus Porto Alegre, são apresentados trabalhos de discentes, na presença de orientação docente. Soma-se a estes projetos outras ações, tais como a participação em Feiras, Congressos, Seminários, e etc.

Nas estratégias pedagógicas relativas à ação interdisciplinar docente, propõe-se a criação de encontros periódicos entre os docentes, com vistas à organização, planejamento, trocas de experiências e avaliação dos fazeres pedagógicos no curso; além do incentivo à participação de editais de pesquisa, ensino e extensão.

Os alunos interessados podem participar dos trabalhos realizados pelo grupo de pesquisa de Informática aplicada, o qual possui uma linha de

pesquisa específica para Redes, Segurança e Simulação.

6.21. ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

O acompanhamento pedagógico dos alunos dar-se-á através de duas instâncias. A primeira é o Colegiado do Curso, através de reuniões periódicas entre docentes e representantes de turmas. E no âmbito do Campus Porto Alegre promovidos pela Coordenadoria de Ensino através de encontros denominados Fóruns de Avaliação Semestral. O Fóruns são realizados duas vezes por semestre, entre docentes, representantes discentes, Coordenadoria de Ensino e Núcleo de Acompanhamento Acadêmico para tratar do andamento do processo de ensino e aprendizagem. Este momento de avaliação visa o diagnóstico de situações problemas, o registro dessas e o levantamento de vias para possíveis soluções. Entre estes estão o enfrentamento da evasão e da reprovação.

O Coordenador do Curso terá um papel preponderante, articulando ações de gestão do curso e acompanhamento das demandas dos discentes e docentes, assessorado pela Coordenadoria de Ensino.

O acompanhamento de alunos ingressantes através de ações inclusivas ou que, durante o curso, apresentem alguma necessidade educacional especial. Entre essas ações, incluem-se a possibilidade de adaptações curriculares, acompanhamento e assistência pelos seguintes setores ou núcleos:

6.22. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Norteadas pelo decreto nº 7.234/10 - Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – a Assistência Estudantil visa prioritariamente à permanência de alunos oriundos de escolas públicas e que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica. Visa contribuir para a igualdade de oportunidades entre os alunos e reduzir os índices de evasão escolar.

As ações são pautadas segundo o art. 3º do PNAES, a saber: assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e

aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Um dos programas do Campus Porto Alegre é a concessão de auxílio financeiro a alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conferindo prioridade a alunos quilombolas e indígenas.

6.23. LABORATÓRIO DE APOIO DIDÁTICO (LAD)

Compreende um espaço de trabalho com vistas a oferecer apoio de natureza pedagógica e psicopedagógica aos alunos que enfrentam dificuldades no processo de aprendizagem em componentes curriculares dos cursos de educação profissional e tecnológica.

6.24. ARTICULAÇÃO COM O NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (NAPNE), NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS (NEABI) E NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA EM GÊNERO (NEPGE)

As articulações entre os núcleos existentes no campus, os docentes, os coordenadores de cursos e os estudantes dar-se-á através de:

- Fóruns e Palestras;
- Reuniões sistemáticas ou extraordinárias (de acordo com a demanda);
- Palestras e mesas com alguma entidade externa;
- Projetos Comunitários - articulando comunidade escolar e externa;
- Oficinas e workshop vinculado à algum componente curricular específico; que envolva temática de algum Núcleo.

6.25. NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)– Campus Porto Alegre, atendendo ao capítulo V, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que

trata da Educação Especial, busca, através do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, institucionalizado em 2001, nas dependências deste Instituto Federal, antiga Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, promover a inclusão social, digital, informacional e profissional de pessoas com necessidades específicas (PNEs), a acessibilidade, o atendimento às necessidades dos alunos, propiciando a "educação para todos", a aceitação da diversidade, a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais e o exercício da cidadania.

Este núcleo faz parte do programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas (TECNEP), por portaria da Direção. Esse programa vem sendo desenvolvido pela Secretaria e Gestão Acadêmica de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), sendo responsável pela coordenação das atividades ligadas à inclusão.

6.26. NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS (NEABI)

É um espaço em formação cujo propósito é estudar e debater as relações étnico-raciais na sociedade brasileira, em especial no IFRS – Campus Porto Alegre. Buscando fomentar estudo, pesquisa e extensão a partir do desenvolvimento de programas e projetos em diversas áreas do conhecimento. O objetivo do NEABI é realizar estudos, pesquisas e extensão a partir do desenvolvimento de programas e projetos em diversas áreas do conhecimento com ênfase nas relações étnico-raciais, contribuindo com a formação e a capacitação para a educação sobre as relações étnico-raciais e visando o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial e dos direitos humanos. O NEABI colabora com a elaboração, o apoio, a execução e a avaliação das políticas institucionais do IFRS, em especial de suas ações afirmativas. Contribui ainda na implementação e no monitoramento de políticas públicas em ações afirmativas e na formação docente (inicial e continuada) para a educação das relações étnico-raciais no IFRS Campus Porto Alegre.

6.27. NÚCLEO DE ESTUDO E PESQUISA EM GÊNERO (NEPGE)

Ainda em fase de criação, é um núcleo que pretende assessorar, pesquisar e atuar nas várias questões que envolvem as abordagens de gênero implícitas nos processos educacionais e de ações do campus. Este núcleo será mais um dos aportes necessários para a expansão e consolidação das políticas afirmativas voltadas a um processo crescente de inclusão e democratização das oportunidades, fomentando uma mudança cultural nos egressos dos cursos oferecidos pela instituição.

As articulações entre os núcleos existentes no campus, os docentes, os coordenadores de cursos e os alunos se dão através:

- Fóruns e Palestras;
- Reuniões sistemáticas ou extraordinárias (de acordo com a demanda);
- Palestras e mesas com alguma entidade externa;
- Projetos Comunitários - articulando comunidade escolar e externa;
- Oficinas e workshop vinculado à algum componente curricular; que envolva temática de algum Núcleo.

6.28. Núcleo de Educação a Distância (NEaD)

O Núcleo de Ensino a Distância do Campus Porto Alegre é um núcleo de apoio à Diretoria de Ensino, responsável por propor políticas e ações para a promoção do uso de novas tecnologias educacionais bem como implementação de cursos a distância no Campus Porto Alegre.

Entre os objetivos do núcleo está: Capacitar os professores e tutores do Campus no manuseio das ferramentas mais usadas no Ensino a Distância; Possibilitar aos professores do Campus ministrarem 20% de suas disciplinas à distância; Manter o público docente e discente do Campus atualizados com novas ferramentas usadas no mercado, através de pesquisa contínua.

Para atingir seus objetivos e realizar o suporte a dúvidas de docentes e discentes, a equipe de trabalho é composta por:

- Lizandra Brasil Estabel (Coordenação)
- Ângela Flach

- Carine Bueira Loureiro
- Deise Leite Bittencourt Friedrich
- Márcia Amaral Corrêa de Moraes
- Anderson Rodrigues Corrêa

6.29. COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado de Curso é uma instância acadêmica com atribuições consultivas e deliberativas em relação a questões pedagógicas e administrativas do curso, sendo composto pelos seguintes membros:

- I. Coordenador do Curso;
- II. Todos os professores em efetivo exercício que compõem a estrutura curricular do curso;
- III. Um (01) representante do corpo discente do Curso, por turma.
- IV. No mínimo, um técnico-administrativo do Setor de Ensino do Campus;

Para candidatar-se ao Colegiado de Curso o representante discente deverá estar regularmente matriculado e com frequência prevista em lei, tendo cursado pelo menos 01 (um) componente curricular. Aos alunos do primeiro semestre é exigido que estejam regularmente matriculados e com frequência prevista em lei.

Compete ao Colegiado de Curso:

- I. Deliberar sobre as proposições de alterações sobre o currículo do curso, refletindo a respeito de sua qualidade e operacionalidade, sugerindo medidas para o aperfeiçoamento do ensino e a articulação com o mundo do trabalho;
- II. Planejar e avaliar regularmente a trajetória formativa do Curso.
- III. Promover a verticalização, articulando as ações proposta pelo curso aos demais níveis e modalidades da instituição, tendo como referencial a tríade ensino-pesquisa-extensão;
- IV. Contribuir com a implementação do Projeto Pedagógico do Curso e a consolidação do perfil profissional do egresso;
- V. Analisar os planos de ensino dos componentes curriculares, propondo alterações, quando necessário;
- VI. Apresentar e analisar proposta para aquisição de material

bibliográfico e de apoio didático pedagógico;

VII. Propor medidas para o aperfeiçoamento do ensino, dimensionando as propostas à luz da avaliação institucional;

VIII. Emitir pareceres sobre processos, solicitações e recursos envolvendo docentes e discentes sobre assuntos de interesse do curso ou relacionados à atividade acadêmica desempenhada por seus membros;

IX. Elaborar o seu regimento interno.

A presidência do Colegiado de Curso será exercida pelo(a) Coordenador(a) do Curso. São atribuições do Presidente:

I. Convocar e presidir as reuniões;

II. Representar o Colegiado junto aos demais órgãos do IFRS;

III. Encaminhar as decisões do Colegiado;

IV. Designar relator ou comissão para estudo de matéria do Colegiado;

V. Submeter à apreciação e à aprovação do Colegiado a ata da sessão anterior;

VI. Exercer outras funções que lhe sejam atribuídas por lei especial ou regulamento.

O Colegiado de Curso reunir-se-á ordinariamente duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação de 1/3 de seus membros, com antecedência mínima de 48 horas. O Colegiado somente reunir-se-á com a presença da maioria simples de seus membros. As decisões do Colegiado serão tomadas por maioria de votos, com base no número de membros presentes. De cada sessão do Colegiado de Curso lavra-se a ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo(a) Presidente, pelo(a) Secretário e pelos(as) presentes. As reuniões serão sessões públicas, permitindo a participação de convidados para prestação de esclarecimentos sobre assuntos específicos, sem direito a voto. As atas do Colegiado, após sua aprovação, serão publicadas e arquivadas na Coordenação do Curso. O comparecimento dos membros às reuniões do Colegiado de Curso é obrigatório, vedada qualquer forma de representação, prevalecendo a qualquer outra atividade acadêmica prevista.

6.30. QUADRO DE PESSOAL

No Quadro 3 são apresentados os professores que atuam no Curso Técnico em Redes de Computadores.

Quadro 3: Corpo docente do Curso Técnico em Redes de Computadores

Professor	Formação	Regime de trabalho
Alex Gonsales	Mestrado em Ciência da Computação	40h DE
Alex Martins de Oliveira	Mestrado em Ciência da Computação	40h DE
André Peres	Doutorado em Ciência da Computação	40h DE
Carlos Adalberto de Campos Fernandes	Mestrado em Educação, Ciência e Matemática	20h
César Augusto Hass Loureiro	Mestrado em Ciências da Computação	40h DE
Evandro Manara Miletto	Doutorado em Ciência da Computação	40h DE
Fabio Okuyama	Doutorado em Ciência da Computação	40h DE
Fabírcia Py Tortelli Noronha	Mestrado em Educação	40h DE
Karen Selbach Borges	Mestrado em Ciência da Computação	40h DE
Marcelo Augusto Rauh Schmitt	Doutorado em Informática na Educação	40h DE
Marcia Islabão Franco	Doutorado em Ciência da Computação	40h DE
Rodrigo Prestes Machado	Mestrado em Informática	40h DE
Tanisi Pereira de Carvalho	Mestrado em Ciência da Computação	40h DE

O Quadro 4 apresenta a relação dos professores que atuam no(s) componente(s) curricular(es) oferecido na modalidade EaD.

Quadro 4: Docentes de componentes curriculares EAD

Professor	Área de Atuação	Titulação	Educação a distância Formação e Tempo de Experiência
César Augusto Hass Loureiro	Informática	Mestrado em Ciência da Computação	Docente do curso Técnico em Redes de Computadores EAD - 2014/1 à 2016/1
Marcelo Augusto Rauh Schmitt	Informática	Doutorado em Informática na Educação	Docente do curso Técnico em Redes de Computadores EAD - 2014/1 à 2016/1

Os docentes do curso possuem experiência na modalidade de ensino EaD, futuros docentes poderão obter sua formação através de capacitação ministrada pelos colegas do curso ou pelo NEaD.

Os professores dos componentes curriculares da modalidade EAD atuarão como professores conteudistas e tutores.

6.31. TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Quanto aos técnicos-administrativos, a organização de seu trabalho e definição das especificidades com relação ao curso, acontecerá por determinação da Direção de Ensino do IFRS - Campus Porto Alegre, conforme Quadro 5.

Quadro 5: Técnicos-administrativos

Função	Nome
Diretor de Ensino	Fabio Yoshimitsu Okuyama
Coordenação Geral de Ensino	Adriano Rodrigues José
Coordenação Adjunta de Ensino	Anderson Rodrigues Corrêa
Assistente de alunos	Lisandra Junges Slavinski
Técnico em Assuntos Educacionais	Cinara dos Santos Costa
Coordenador de Estágios	Marisa Dutra Paz
Coordenadora de Secretaria e Gestão Acadêmica	Graciela da Silva Leites
Psicólogas	Juliana Prediger Aline Martins Disconsi
Coordenador da Biblioteca	Filipe Xerxeneski da Silveira
Bibliotecária	Suzinara da Rosa Feijó

6.32. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Fará jus ao certificado de “*Técnico em Redes de Computadores*” do **eixo tecnológico:** Informação e comunicação, o aluno que for aprovado em todos os componentes curriculares Curso e no estágio curricular, tiver cumprindo a carga horária de 300 horas/relógio de Estágio Curricular Obrigatório e apresentado o Relatório de Estágio. Os diplomas serão emitidos pela Secretaria Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Porto Alegre.

Será inserido o número do cadastro do SISTEC nos diplomas e certificado e a menção do eixo tecnológico, para que os mesmos tenham validade nacional para fins de exercício profissional.

7. INFRAESTRUTURA

O IFRS Campus Porto Alegre – Centro tem 32.846,41m² de área total construída, num terreno de 5.035,49m². Esta área divide-se em 19.923,11m² do prédio da Torre Norte (antiga loja de departamentos Mesbla) e 19.923,30 da Torre Sul (antigo edifício garagem), onde 15.302,62m² são destinados as 553 vagas de estacionamento e área de manobra e deslocamento (sendo 3 vagas para portadores de necessidades especiais, 1 idoso e 1 gestante), além de 25 vagas de motocicletas e 30 vagas de bicicletas. O Campus localiza-se no coração do centro histórico da capital gaúcha, a 02 quadras de distância da Rua da Praia e a cinco do Mercado Público Municipal, com paradas de ônibus intermunicipais em duas laterais do seu terreno. A Instituição de ensino conta também em sua fachada principal, frente a rua Voluntários da Pátria, com 678,59 m² de área de jardim e paisagismo com acesso livre para a comunidade acadêmica.

Em termos de infraestrutura física o IFRS - Campus Porto Alegre possui 36 salas de aula mobiliadas, sendo destas 32 salas de aula com equipamento permanente de projeção multimídia (datashow), 08 laboratórios de informática, 01 laboratório de hardware, 03 laboratórios de projetos de informática - fábrica de software, UCA e Poalab, 01 laboratório de segurança do trabalho, 01 incubadora tecno-social, 3 auditórios (95,96m², 62,45m² e 169,10m²), 1 biblioteca (385,06m² de área de acervo e consulta local), integrada ao espaço do átrio central, com altura de vão livre de mais de 35 metros coroados por claraboia em estrutura reformada datada de 1950, quando da inauguração do edifício como Magazine Mesbla. A estrutura dos edifícios ainda contempla 56 gabinetes para os professores, 08 salas e espaços de reuniões, 300 sanitários e aproximadamente 1.126,14m² de área administrativa. O campus dispõe de serviço de conexão *wireless* para os servidores e alunos e possui 300 microcomputadores para uso dos alunos em tempo integral e em torno de 1500 pontos de acesso a rede interna do campus.

Em relação aos componentes curriculares ministrados na modalidade

semipresencial, o Campus possui uma plataforma AVEA (Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem) que é utilizada nos cursos Técnicos de modalidade à distância e que está disponível para todos os cursos regulares.

O Campus dispõe de 08 laboratórios de informática para aulas, sendo que 02 destes são disponíveis para os alunos realizarem seus trabalhos, em horários específicos, acompanhados de monitores. Esse mesmo espaço está disponível para os alunos das disciplinas semipresenciais possam realizar suas atividades. Os alunos também podem utilizar os computadores com acesso à Internet instalados na biblioteca do Campus Porto Alegre.

Há em torno de 30 espaços laboratoriais na sede centro somando espaços de áreas específicas dos mais diversos cursos. O Campus possui condições de acesso para pessoas com necessidades especiais, porém ainda possui projetos de acessibilidade a serem implementados, de acordo com repasse de verbas.

Estão sendo implementados pela administração melhorias na estrutura do Campus, dentre elas o fechamento com gesso acartonado do novo local da biblioteca com 385,06m² de área de acervo e consulta local e 37m² para tecnologia assistiva, assim como os laboratórios de preservação de acervo (98,94m²), contação de histórias (67,07m²) e secretariado (34,17m²). No terceiro andar serão reformadas 03 salas de aula e 01 sala de bolsistas para o curso Técnico em Meio Ambiente e Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental.

Além disso, no térreo da torre sul funciona o Projeto Prelúdio (Ensino de Música), com 1.496,68m², com mais 10 salas de aula, 05 estúdios musicais e 01 laboratório de informática musical, além da área administrativa.

Novos espaços recém foram concluídos, faltando a etapa de aquisição de mobiliário e demais processos licitatórios para o uso efetivo dos mesmos. São estes: 01 R.A. (restaurante acadêmico) para os alunos e servidores no 1º andar do bloco b, 01 auditório de 130 lugares no 9º andar da torre sul, 09 laboratórios de informática, sendo que 04 destes já estão em pleno funcionamento equipados e mobiliados, no 11º andar da torre sul, mais 04 laboratórios de pesquisa, 03 laboratório de línguas, 01 laboratório de segurança do trabalho, 03 copas e 05 salas de reuniões.

Hoje, a torre sul, do IFRS Campus Porto Alegre conta com um espaço

esportivo aberto e gratuito para a comunidade acadêmica, que se compõe de 01 academia com equipamentos de esteira e musculação que dispõe de monitores para auxiliar nas atividades físicas, 01 sala de ginástica, 01 quadra poliesportiva e 02 vestiários. Além de 12 salas de aula, 01 incubadora tecnológica com 06 salas incubadas, 15 gabinetes novos, 05 salas de bolsistas, 03 salas de orientação e 02 novas salas de coordenação de suporte técnico e 06 sanitários.

Com a adequação destes espaços na torre sul, a torre norte recebeu da antiga sede da Ramiro Barcelos os espaços laboratoriais e gabinetes dos cursos de Química, Biotecnologia e Licenciatura em Ciências da Natureza, sendo composto por 09 laboratórios de Biotecnologia, 06 laboratórios de Química, 04 salas de apoio a esses laboratórios, 01 laboratório de ensino de ciências.

O Campus possui um ônibus com capacidade para 22 passageiros, disponíveis para a realização de visitas técnicas, saídas de campo, entre outras atividades.

7.1. SALA DE PROFESSORES E SALA DE REUNIÕES

A sala de professores é um local de convivência existente no mezanino com: acesso a internet, mesas, cadeiras, sofás, micro ondas e geladeira.

7.2. GABINETES DE PROFESSORES E COORDENAÇÃO DO CURSO

Nos gabinetes, onde os docentes desenvolvem suas atividades, existem computadores conectados à Internet, mesas, cadeiras e armários, sendo que alguns gabinetes possuem banheiro e ar condicionado.

7.3. BIBLIOTECA

BIBLIOTECA CLÓVIS VERGARA MARQUES

Localizada no andar do mezanino (antiga sobreloja), a Biblioteca Clóvis Vergara Marques é uma unidade de informação acadêmica que incentiva a

geração e o uso de informações técnicas/tecnológicas e científicas de interesse dos usuários nas diversas áreas do conhecimento. A área destinada ao acervo ocupa um espaço de mais de 340 m² de exposição. Este acervo é composto por livros técnicos, fitas de vídeo CDs e DVDs, livros de literatura geral, literatura juvenil, etc.

Desde 2014 a biblioteca utiliza o SISTEMA PERGAMUM que é um sistema informatizado de gerenciamento de dados que possui um mecanismo de busca ao catálogo das várias Instituições que já adquiriram o software, com isto, formando a maior rede de Bibliotecas do Brasil. Neste catálogo o usuário pode pesquisar e recuperar registros on-line de forma rápida e eficiente. O Instituto Federal possui uma Rede de Bibliotecas nos seus diferentes Campus o que possibilita ao usuário consultar e fazer uso de todo o acervo. Conta com um acervo de aproximadamente 40 mil itens documentais, sendo que no Campus Porto Alegre a quantidade de itens é de aproximadamente 16 mil itens documentais.

A Biblioteca do IFRS Campus Porto Alegre conta com acesso ao Portal de Periódicos Capes e ABNT Coleções.

Dentre os serviços oferecidos estão: consulta ao acervo, empréstimo domiciliar, renovações de materiais, pesquisa e levantamento bibliográfico no catálogo da biblioteca e/ou acervo de outras instituições, acesso à base de dados on-line especializadas nas diversas áreas do conhecimento (Portal Capes), acesso ao catálogo da biblioteca, internet sem fio, orientação para normalização bibliográfica de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e divulgação de novos materiais bibliográficos.

Está aberta à comunidade externa para consulta local, sendo o empréstimo de materiais restrito aos alunos e servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Porto Alegre.

7.4. LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

Atualmente, a sede Centro conta com um total de 8 Laboratórios, 1 sala com 8 computadores para pesquisas de alunos, 09 computadores na Biblioteca do Centro e um laboratório de informática com 24 computadores disponíveis

para o uso, por parte dos alunos, no período da tarde com a presença de um monitor para auxiliar em possíveis dúvidas. Um total de 294 computadores a disposição da área acadêmica. A seguir, apresenta-se a descrição detalhada dos laboratórios.

- 1 Lab com HP - AMD Phenom II X4 B93 com 3GB de memória RAM, 320Gb de disco rígido, monitor 19", kit multimídia, ligados em rede e com acesso à internet por fibra ótica. (35 computadores)
- 5 Labs com HP - CORE I5 2400 VPro Com 4GB de memória RAM, 500MGb de disco rígido, monitor 19", kit multimídia, ligados em rede e com acesso à internet por fibra ótica. (150 computadores)
- 1 Lab com LENOVO - CORE2QUAD Q8200 com 2GB de memória RAM, 160Gb de disco rígido, monitor 17", kit multimídia, ligados em rede e com acesso à internet por fibra ótica. (liberado para os alunos das 7:30 as 22hs, quando não houver aula) (24 computadores)
- 1 Sala de estudos com 8 computadores LENOVO - CORE2QUAD Q8200 com 2GB de memória RAM, 160Gb de disco rígido, ligados em rede com acesso a internet e a disposição dos alunos para pesquisas das 7:30 as 22hs.
- 6 computadores na Biblioteca HP - AMD Athlon II X2 B26 com 2GB de memória RAM, 500Gb de disco rígido, monitor 19", ligados em rede e com acesso à internet por fibra ótica, a disposição dos alunos para pesquisas.

A utilização destes espaços é regulamentada e de responsabilidade do setor da diretoria de Tecnologia da Informação – Coordenadoria de Suporte Técnico. Segundo a normatização de uso os Laboratórios de Informática desta Instituição são de natureza instrumental, destinando-se, prioritariamente, ao desenvolvimento de atividades curriculares a todos os alunos. Estes estão equipados com computadores e softwares necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino, e ligados em rede com acesso a Internet, que deve ser usada como forma de maximizar o acesso à informação para fins de pesquisa acadêmica.

Os equipamentos do laboratório de informática estão à disposição de todos os alunos desta instituição, exclusivamente para fins de ensino e

aprendizagem. O laboratório de informática estará reservado prioritariamente para os professores ministrarem as aulas referentes aos cursos regulares. Havendo disponibilidade de horário, o mesmo poderá ser utilizado pelos demais usuários desde que esteja presente um responsável (funcionário, bolsista, professor ou coordenador). No intervalo entre a troca de aulas, o laboratório não estará disponível para alunos.

As Normas de Utilização têm por finalidade definir uma estrutura organizacional e regulamentar para as atividades desenvolvidas nos Laboratórios de Informática (aulas, pesquisa, digitação de trabalhos e outros). Os direitos e deveres de cada uma das partes envolvidas no uso e manutenção dos laboratórios (aluno, professores e técnicos administrativos de suporte) estão postos em documento complementar e disponível a toda a comunidade acadêmica na forma de documento eletrônico com acesso através do site institucional.

8. CASOS OMISSOS

Os casos não previstos neste Projeto Pedagógico de Curso e que não se apresentem explícitos nas Normas e decisões vigentes no campus, até a presente data, serão resolvidos em reunião ordinária ou extraordinária do Colegiado de Curso, juntamente com a Direção de Ensino.

ANEXOS

ANEXO I - NORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

ANEXO I

NORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RS CAMPUS PORTO ALEGRE

Os Laboratórios de Informática desta Instituição são de natureza instrumental, destinando-se, prioritariamente, ao desenvolvimento de atividades curriculares a todos os alunos. Estes estão equipados com computadores e softwares necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino, e ligados em rede com acesso a Internet, que deve ser usada como forma de maximizar o acesso à informação para fins de pesquisa acadêmica.

Os equipamentos do laboratório de informática estão à disposição de todos os alunos desta instituição, exclusivamente para fins de ensino e aprendizagem.

As Normas de Utilização têm por finalidade definir uma estrutura organizacional e regulamentar para as atividades desenvolvidas nos Laboratórios de Informática (aulas, pesquisa, digitação de trabalhos e outros).

O laboratório de informática estará reservado prioritariamente para os professores ministrarem as aulas referentes aos cursos regulares. Havendo disponibilidade de horário, o mesmo poderá ser utilizado pelos demais usuários desde que esteja presente um responsável (funcionário, bolsista, professor ou coordenador).

No intervalo entre a troca de aulas, o laboratório não estará disponível para alunos.

É dever de cada usuário ler as informações deste documento, estando qualquer tipo de infração ausente de atenuantes sob alegação de não conhecimento das regras.

O não cumprimento do disposto abaixo acarretará no bloqueio da conta do usuário responsável e nas punições disciplinares cabíveis.

As Normas podem ser alteradas de acordo com as necessidades dos Laboratórios de Informática, sem prévio aviso.

DEVERES DOS USUÁRIOS

- 1 - Submeter-se às normas instituídas para a utilização dos Laboratórios de Informática e ler estas informações, para não alegar posteriormente desconhecimento das regras de utilização;
- 2- Zelar pela manutenção de um ambiente limpo e organizado nas dependências dos Laboratórios;
- 3 - Respeitar o silêncio no ambiente dos Laboratórios;
- 4 - Responsabilizar-se pelas cópias de segurança de todos os seus arquivos;
- 5 - Comunicar qualquer problema técnico nos equipamentos ao Setor de Suporte Técnico de TI, responsável pelos laboratórios, ou, se em horário de aula, ao professor;
- 6 - Ligar e desligar as máquinas dentro dos procedimentos indicados e nunca abandonar aberta uma sessão de acesso aos computadores, sem efetuar logout/logoff (nunca utilizar a opção “Bloquear Computador”);
- 7 - Manipular o mouse e o teclado com o cuidado necessário;
- 8 - Ao término do uso, o computador deverá ser desligado (apenas na última aula do dia) e a cadeira colocada em seu devido lugar;
- 9 - Manter sempre as portas fechadas (ar condicionado).

PROIBIÇÕES AOS USUÁRIOS

- 1 - Utilizar ou entrar no laboratório em horários destinados às aulas de outra turma que não a do usuário;
- 2 - Consumo de bebidas e/ou alimentos, fumar, brincadeiras inoportunas ou linguagem não compatível com o ambiente acadêmico;
- 3 - Uso de celulares (LEI Nº 12.730, DE 11 DE OUTUBRO DE 2007 regulamentada pelo DECRETO Nº 52.625, DE 15 DE JANEIRO DE 2008);
- 4 - Qualquer aparelho sonoro (MP3/MP4 player, iPod, walkman, etc) que

possam perturbar o bom andamento das aulas;

5 - Efetuar login/logon em mais de uma máquina ao mesmo tempo;

6 - Alterar as configurações dos programas instalados nos computadores;

7 - Abrir e/ou remover qualquer tipo de equipamento dos Laboratórios;

8 - Sentar-se sobre as bancadas, bem como colocar os pés sobre as mesmas ou sobre as cadeiras;

9 - Utilizar-se de qualquer meio para apoderar-se das senhas de outros usuários;

10 - Alterar a disposição dos equipamentos ou removê-los; e colocar as mãos nas telas dos monitores;

11 - Colocar material ou malas sobre as mesas de computadores e/ou sobre os equipamentos;

12 - Navegar em sites com conteúdo erótico e/ou pornográficos, hacker, proxys, bate-papo (Chat), blog's em geral, comunidades virtuais (todas), jogos, charges, piadas/humor, novelas, esporte, tv, música, música on-line, mensagens, cartões e fazer download de qualquer tipo de software;

13 - A navegação, nem o acesso a e-mail, exceto com permissão do professor;

14 - Bloquear os computadores com senha na proteção de tela (programas do tipo lockscreen);

15 - Resetar as máquinas;

16 - Instalar qualquer programa nos computadores, utilizar os computadores para fins pessoais ou qualquer outro tipo de atividade incompatível com as tarefas acadêmicas;

17- Desenvolver, manter, utilizar ou divulgar dispositivos que possam causar danos aos sistemas e às informações armazenadas, tais como criação e/ou propagação de vírus, criação e utilização de sistemas de criptografia que causem a indisponibilidade dos serviços e/ou destruição de dados;

18 - Utilizar os serviços e recursos para fins comerciais ou políticos, tais como mala direta ou propaganda política;

19 - Utilizar os serviços e recursos para ganho pessoal;

20- Utilizar os serviços e recursos para intimidar, assediar, difamar ou aborrecer qualquer pessoa;

21 - Desperdiçar os recursos computacionais de forma intencional;

22- Usar os computadores para a prática de qualquer ato ilícito com penalidade

prevista em lei;

23 - Alterar, criar ou remover arquivos fora da área particular do usuário (Drive "L"), que venham a comprometer o desempenho e funcionamento dos sistemas;

24 - Deixar arquivos pessoais gravados nos discos dos computadores. Os mesmos serão apagados pelo Setor de Suporte Técnico de TI;

25 - Permitir que outra pessoa utilize sua conta para acesso aos computadores, bem como o acesso a sua área pessoal no servidor (Drive "L") e seu conteúdo;

26 - Desenvolver qualquer outra atividade que desobedeça às normas apresentadas acima.

DEVERES DOS DOCENTES

1 - Caberá ao Professor fazer cumprir as normas descritas neste documento e zelar pela correta utilização dos equipamentos durante o período no qual estiver utilizando os Laboratórios;

2 - Caso seja identificado algum problema técnico e/ou de configuração, comunicar imediatamente o Setor de Suporte Técnico de TI.

3 - Ao término de suas atividades, o professor deverá verificar a organização geral do Laboratório, apagar o quadro branco, organizar o mobiliário e os equipamentos;

4 - Os materiais (pincéis atômicos, apagador, controles do ar condicionado, etc.) solicitados ao Setor de Apoio Acadêmico são de uso exclusivo do Professor e devem ser devolvidos ao fim de suas atividades, evitando assim dano e desgaste desnecessário aos mesmos;

5 - Nunca se ausentar do Laboratório durante o período de suas aulas, nem sair do Laboratório antes de todos os alunos;

6 - O uso das caixas de som será restrito a casos específicos por solicitação dos professores e com antecedência;

7 - A solicitação de instalação de softwares deverá ser feita com no mínimo 15 dias de antecedência;

8 - A reserva dos Laboratórios com o objetivo de ministrar aulas extra curriculares, deverão ser solicitadas ao Setor de Apoio Acadêmico.

EQUIPE DE INFORMÁTICA

- 1 - Manutenção, testes e instalação de qualquer software são de responsabilidade da Equipe de Informática do Setor de Suporte Técnico de TI;
- 2 - A Diretoria de TI não se responsabiliza pela segurança de dados copiados para dispositivos pessoais (HDs externos, pen drive, cds, etc), de alunos e/ou professores, bem como, de objetos esquecidos nas dependências dos Laboratórios;
- 3 - Digitação, preparação e impressão de materiais para alunos não são atribuições do Setor de Suporte Técnico de TI;
- 4 - O Setor de Suporte Técnico de TI poderá a qualquer momento pedir para um aluno fechar um “site”, se a mesma julgá-lo impróprio ou comprovar que estão sendo ignoradas as normas pré-estabelecidas, podendo até pedir/solicitar que o mesmo se retire do laboratório;
- 5 - O Setor de Suporte Técnico de TI dará suporte a professores e alunos na execução das atividades, quando solicitado;

PUNIÇÕES DISCIPLINARES

Atitudes consideradas agressivas, grosseiras ou inadequadas, bem como, danos físicos aos equipamentos e ou danos lógicos aos softwares instalados, serão motivos de advertência e até mesmo, da suspensão do usuário no caso de reincidência, que será comunicada pela equipe do Suporte Técnico de TI a Diretoria de TI ou a Direção Geral do Campus, dependendo da gravidade da ação.

Quando constatado equipamento com problemas por maus tratos, uso incorreto ou atos de violência, provocados deliberadamente por um ou mais usuários, este(s) será(ão) responsabilizado(s) e será(ão) obrigado(s) a ressarcir a Instituição pelas respectivas despesas de manutenção dos equipamentos e materiais danificados.

O não cumprimento das regras estabelecidas implica ao usuário infrator, penalidades que se diferenciam pela gravidade da ação, reincidência, dolo ou culpa podendo ir de uma simples repreensão oral, proibição da utilização do Laboratório até a suspensão das atividades escolares.

1 - A repreensão oral é feita pelo responsável pelo Laboratório (bolsista, funcionário ou professor) e, em caso de reincidência, pelo Coordenador do Curso;

2 - A repreensão, por escrito, é decidida pela Diretoria de TI, ouvido o responsável pelo laboratório no momento do fato ocorrido (bolsista, funcionário, professor ou coordenador).

3 - A suspensão de utilização compete ao Diretor Geral, ouvido o Diretor de TI, Coordenador do Curso e ao Setor de Suporte Técnico;

4 - No que couber, são aplicadas as penalidades previstas no Regimento Geral da Instituição.

5 - A Diretoria de TI não concederá exceções nas penalidades.

ANEXO II

REGULAMENTO DE COLEGIADO DO CURSO

I – DEFINIÇÃO

O Colegiado de Curso é uma instância acadêmica com atribuições consultivas e deliberativas em relação a questões pedagógicas e administrativas do curso.

II - COMPOSIÇÃO

O Colegiado do Curso Técnico em Redes de Computadores deverá ser composto pelos seguintes membros:

- I. Coordenador do Curso;
- II. Todos os professores em efetivo exercício que compõem a estrutura curricular do curso;
- III. Um (01) representante do corpo discente do Curso, por turma.
- IV. Todos os servidores técnico-administrativos vinculados à área do Curso.
- V. Um servidor técnico-administrativo representando a Coordenadoria de Ensino.

O mandato dos membros docentes e técnicos administrativos do Colegiado de Curso será de 2 (dois) anos, permitida reeleição. Os membros discentes terão mandato de 01 (um) ano.

A escolha dos membros do Colegiado de Curso, e seu suplente ocorrerá, através de eleição direta realizada pelos pares de cada segmento, excetuando-se:

- I. O Coordenador do Curso, que será membro nato até a finalização de sua gestão no curso.
- II. O representante da Coordenadoria de Ensino, que será indicado pela Diretoria de Ensino.

O número de suplentes será definido no Regimento Interno do Colegiado de Curso.

Para candidatar-se ao Colegiado de Curso o representante discente deverá estar regularmente matriculado e com frequência prevista em lei, tendo cursado pelo menos 01 (um) componente curricular do Curso.

Aos alunos do primeiro semestre é exigido que estejam regularmente matriculados e com frequência prevista em lei.

III- ATRIBUIÇÕES

Compete ao Colegiado de Curso:

I. Deliberar sobre as proposições de alterações sobre o currículo do curso, refletindo a respeito de sua qualidade e operacionalidade, sugerindo medidas para o aperfeiçoamento do ensino e a articulação com o mundo do trabalho;

II. Planejar e avaliar regularmente a trajetória formativa do Curso.

III. Promover a verticalização, articulando as ações proposta pelo curso aos demais níveis e modalidades da instituição, tendo como referencial a tríade ensino-pesquisa-extensão;

IV. Contribuir com a implementação do Projeto Pedagógico do Curso, e a consolidação do perfil profissional do egresso;

V. Analisar os planos de ensino dos componentes curriculares, propondo alterações, quando necessário;

VI. Apresentar e analisar proposta para aquisição de material bibliográfico e de apoio didático-pedagógico;

VII. Propor medidas para o aperfeiçoamento do ensino, dimensionando as propostas à luz da avaliação institucional;

VIII. Emitir pareceres sobre processos, solicitações e recursos envolvendo docentes e discentes sobre assuntos de interesse do curso ou relacionados à atividade acadêmica desempenhada por seus membros;

IX. Elaborar o seu regimento interno.

A presidência do Colegiado de Curso será exercida pelo(a) Coordenador(a) do Curso. São atribuições do Presidente:

I. Convocar e presidir as reuniões;

II. Representar o Colegiado junto aos demais órgãos do IFRS;

III. Encaminhar as decisões do Colegiado;

IV. Designar relator ou comissão para estudo de matéria do Colegiado;

V. Submeter à apreciação e à aprovação do Colegiado a ata da sessão anterior;

VI. Dar posse aos membros do Colegiado;

A Secretaria do Colegiado será designada pelo presidente; entre os membros do Colegiado. Ao (À) Secretário(a) do Colegiado compete:

I. Dirigir os serviços internos da Secretaria do Colegiado;

II. Abrir, autenticar, encerrar e manter atualizados as atas e os registros de presenças;

III. Secretariar as sessões e lavrar as respectivas atas;

IV. Fornecer certidões dos atos e decisões do Colegiado, nos casos permitidos em lei, após autorização do (a) Presidente (a);

V. Dar publicidade às decisões do Colegiado;

VI. Executar e fazer cumprir as determinações do (a) Presidente(a);

VII. Protocolar os processos e dossiês encaminhados ao Colegiado;

VIII. Exercer outras funções que lhe sejam atribuídas por lei especial ou regulamento.

IV- FUNCIONAMENTO

O Colegiado de Curso reunir-se-á ordinariamente duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação de 1/3 de seus membros, com antecedência mínima de 48 horas.

O Colegiado somente reunir-se-á com a presença da maioria simples de seus membros.

As decisões do Colegiado serão tomadas por maioria de votos, com base no número de membros presentes.

De cada sessão do Colegiado de Curso lavra-se a ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo(a) Presidente, pelo(a) Secretário(a) e pelos(as) presentes.

As reuniões serão sessões públicas, permitindo a participação de convidados para prestação de esclarecimentos sobre assuntos específicos, sem direito a voto.

As atas do Colegiado, após sua aprovação, serão publicadas e arquivadas na Coordenação do Curso.

O comparecimento dos membros às reuniões do Colegiado de Curso é obrigatória, vedada qualquer forma de representação, prevalecendo a qualquer outra atividade acadêmica prevista.

A ausência de membros discentes a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) alternadas no mesmo período letivo pode acarretar a perda do mandato, salvo impedimento previsto na legislação ou outra justificativa escrita e aceita pelo Colegiado de Curso.

A cessação do vínculo empregatício ou acadêmico, bem como afastamentos das atividades docentes e, ou técnico-administrativas, independentemente do motivo, acarretam a perda do mandato no respectivo Colegiado de Curso.

V – CASOS OMISSOS

Os casos omissos relativos ao Colegiado de Curso serão examinados pelo Presidente do Colegiado.

ANEXO III

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR

I – DEFINIÇÃO

O Curso Técnico Redes de Computadores estabeleceu em seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) a obrigatoriedade do Estágio Curricular.

De acordo com a LDB 9394/96 e a Lei de Estágio 11788/08, que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de estágio de alunos de Educação Profissional, serão observadas as seguintes orientações:

O Estágio Curricular compreendido como atividade diretamente vinculada ao perfil profissional definido pelo curso, constitui-se em etapa fundamental na formação do aluno e etapa obrigatória para obtenção do diploma.

O Estágio Curricular compreendido como atividade afinada com o perfil profissional definido pelo Curso, poderá ser realizado de duas formas:

1. Estágio não-obrigatório;
2. Estágio curricular obrigatório.

Ambos constituem-se em etapa fundamental na formação do aluno.

O estágio não-obrigatório poderá ser iniciado a partir do primeiro semestre do curso (Lei nº 11788/08 e Resoluções CONCAMP nº 14/2013 e nº 17/2013) e sua carga horária não poderá ser utilizada como estágio obrigatório.

II – DOS OBJETIVOS:

Tem por objetivo fundamental a aplicação das competências e habilidades adquiridas pelo aluno em sua formação técnica.

O objetivo do estágio curricular obrigatório é o aprimoramento das experiências curriculares com base nas vivências profissionais e relações socioculturais, assim como a incorporação de novos saberes e habilidades, fundamentais na formação do futuro profissional.

III – DOS PROCEDIMENTOS

O estágio curricular obrigatório apresenta carga-horária de 300 horas e é parte integrante da matriz curricular do curso.

O aluno deverá cumprir o estágio curricular obrigatório, bem como a totalidade dos componentes curriculares, para que possa concluir o Curso Técnico em Redes de Computadores.

O aluno deverá indicar um professor do curso para atuar como Orientador do Estágio.

O Professor Orientador será responsável pela análise e aprovação dos campos de estágio e respectiva relação das atividades a serem desenvolvidas. O Professor Orientador ficará responsável pela divulgação da avaliação final.

O Campo de Estágio indicará um Supervisor responsável pelo aluno estagiário para acompanhamento. A avaliação será preenchida através de documento específico disponibilizado pelo Núcleo de Estágios ou mesmo por modelo equivalente oriundo de agência integradora ou do próprio concedente de estágio.

O Estágio Curricular será efetuado através das seguintes ações:

É de responsabilidade do aluno providenciar os documentos do Estágio Curricular, disponibilizados pelo Núcleo de Estágios, atendendo a todos os requisitos estabelecidos, conforme segue:

a) Termo de Compromisso de Estágio: deverá ser preenchido e assinado em três vias;

b) Plano de Atividades: elaborado em parceria com supervisor(a) e professor(a) orientador(a), devendo ser preenchido e assinado em três vias;

c) Solicitação de Estágio: preenchido e assinado por Coordenador do Curso e pelo(a) Professor(a) Orientador(a) do Estágio Curricular, visando fornecer elementos para a emissão da Carta de Apresentação de Estágio Curricular, por parte do Núcleo de Estágios.

O Estágio Curricular, a ser realizado no período de férias, previsto no Calendário Escolar, somente será encaminhado mediante autorização expressa do Professor Orientador, através de documento específico.

A Carga Horária do Estágio Curricular somente começará a contar a partir da emissão da Carta de Apresentação do Estágio Curricular emitida pelo Núcleo de Estágios do campus Porto Alegre do IFRS.

Deverão constar como anexos obrigatórios do relatório de estágio os seguintes documentos disponibilizados pelo Núcleo de Estágios:

a) Ficha de Avaliação do(a) Professor(a) Orientador(a);

b) Ficha de Avaliação do(a) Supervisor(a).

Atestado de Conclusão de Estágio: assinado pelo(a) supervisor(a), deverá ser entregue a(o) Professor(a) Orientador(a), que por sua vez avaliará a aprovação do(a) aluno(a) e repassará este documento à Coordenação do Curso. É de responsabilidade do Orientador do Estágio ou do Coordenador do Curso encaminhar o referido documento ao Núcleo de Estágios.

O Professor Orientador definirá a data de entrega do relatório final.

No caso de inexistirem locais para efetivação do Estágio Curricular, o curso definirá a realização de projetos e/ou atividades que guardem coerência com o perfil profissional de conclusão do curso.

O aluno que tiver reprovação em algum componentes curriculares poderá realizar estágio obrigatório desde que regularmente matriculado no Curso;

O estágio poderá ser realizado em instituições, empresas públicas e/ou

privadas e, laboratórios de ensino/pesquisa;

As atividades de extensão, de monitorias, de iniciação científica e/ou tecnológica e projetos de pesquisa, desenvolvidas pelo estudante, poderão ser equiparadas ao estágio com a concordância do professor orientador;

O aluno terá um prazo limite de até 03 anos para concluir o Curso Técnico, incluindo o Estágio Curricular Obrigatório.

O aluno poderá ser dispensado do Estágio Curricular Obrigatório nos casos previstos na Resolução CONCAMP nº 23/2014.

IV – AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO

A avaliação do Estágio ficará a critério do Professor Orientador que levará em conta os seguintes documentos:

- Ficha de Avaliação do(a) Professor(a) Orientador(a);
- Ficha de Avaliação do(a) Supervisor(a) da instituição acolhedora.
- Relatório de Atividades de Estágio.

O Professor Orientador, após avaliação final, encaminhará o relatório final ao Coordenador do Curso (digitalizado) para que se efetivem os devidos registros no Núcleo de Estágios.

O Professor Orientador divulgará aos alunos-estagiários a avaliação final.

A Avaliação de Desempenho do Estagiário (a ser preenchida pela empresa) deverá ser anexada ao Relatório de Atividades de Estágio;

É de responsabilidade do coordenador do curso encaminhar o Atestado ao setor responsável pelo registro do estágio:

- Atestado de Conclusão do Estágio Curricular.

O aluno que não atingir os objetivos do estágio deverá realizá-lo novamente

V – CASOS OMISSOS

Os casos omissos relativos ao Estágio Obrigatório serão examinados pela Coordenação do Curso.